

Carta Mensal

Dezembro
2019

v. 65

n. 777

Conferências proferidas nas reuniões
semanais do Conselho Técnico da
Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo

Sumário

Araújo e o ocidente: uma interpretação.....	4
<i>Roberto Fendt</i>	
A energia no futuro	24
<i>Joel Mendes Rennó</i>	
Globalização, Direitos Humanos e sociedade cosmopolita.....	36
<i>Vicente de Paulo Barretto</i>	
Comunicação, transporte aéreo e turismo: vetores importantes de desenvolvimento	58
<i>Maurício Dinepi</i>	
Síntese da Conjuntura Conjuntura econômica	70
<i>Ernane Galvêas</i>	

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos
nas conferências aqui publicadas.

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço.

As matérias podem ser livremente reproduzidas integral ou parcialmente, desde que citada a fonte.

A íntegra das duas últimas edições desta publicação está disponível no endereço www.cnc.org.br.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Dezembro 2019, v. 65, n. 777

Brasília

SBN Quadra 1, Bloco B, nº 14, do 15º ao 18º andar

Edifício CNC

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500 | 3329-9501

cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9237

conselhotecnico@cnc.org.br

www.cnc.org.br

Publicação Mensal

Editor Responsável: Geraldo Roque

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação

Revisão: Elisa Sankuevitz, Maria Luiza e Marília Pinto de Oliveira

Impressão: Gráfica

Carta Mensal | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – v. 1, n. 1 (1955) – Rio de Janeiro: CNC, 1955-96 p.
Mensal
ISSN 0101-4315

1. Problemas Brasileiros – Periódicos. I. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Conselho Técnico.



Conselho Técnico

Presidente

José Roberto Tadros

Conselheiros

Antonio Celso Alves Pereira

Antonio Chagas Meirelles

Antonio Paim

Ari Cordeiro Filho

Armando Castelar

Arnaldo Niskier

Arno Wehling

Arnoldo Wald

Aspásia Camargo

Aurélio Wander Chaves Bastos

Carlos Afonso Pierantoni Gambôa

Carlos Antonio Bettencourt Bueno

Carlos Thadeu de Freitas Gomes

Célio Borja

Cid Heraclito de Queiroz

Claudio R. Contador

Eduardo da Silveira Gomes Júnior

Eliseu Álvares Pujol

Ellen Gracie Northfleet

Ernane Galvêas

Ernesto Albrecht

Geraldo Holanda Cavalcanti

Gustavo Franco

Harry Adler

Humberto Mota

Ives Gandra da Silva Martins

Jaime Rotstein

J. Bernardo Cabral

João Clemente Baena Soares

Joel Mendes Rennó

José Botafogo Gonçalves

José Carlos Fragoso Pires

José Carlos Soares Freire

José Gustavo de Souza Costa

José Júlio Senna

José Luiz S. Miranda

Julian Chacel

Léa Maria Sussekind Viveiros de Castro

Luiz Augusto de Castro Neves

Luiz Felipe de Seixas Correa

Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Luiz Roberto A. Cunha

Marco Cesar Meira Naslausky

Marcos de Azambuja

Marcus Faver

Maria Beltrão

Mary del Priore

Maurício Dinépi

Meton Soares Junior

Nelson M. de Mello e Souza

Olga Côrtes Leão Simbalista

Oswaldo Trigueiros Júnior

Paulo Bonavides

Paulo Rabello de Castro

Ricardo Vélez Rodríguez

Roberto Abdenur

Roberto Cavalcanti de Albuquerque

Roberto Fendt

Roberto P. de Lima Netto

Roberto Rosas

Rosiska Darcy de Oliveira

Rubem de Freitas Novaes

Rubens Penha Cysne

Samuel Auday Buzaglo

Sergio F. Quintella

Theophilo de Azeredo Santos

Vicente de Paulo Barreto

Araújo e o ocidente: uma interpretação

*Roberto Fendt*¹
Economista

No segundo semestre de 2017, o hoje chanceler Ernesto Araújo publicou controvertido artigo na revista *Cadernos de Política Exterior*. O artigo tinha por título “Trump e o Ocidente”. Em seu próprio resumo do artigo, Araújo apontou que “o presidente Donald Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais”. E prosseguiu afirmando que

“a visão de Trump tem lastro em uma longa tradição intelectual e sentimental, que vai de Ésquilo a Oswald Spengler, e mostra o nacionalismo como indissociável da essência do Ocidente. Em seu centro, não está uma doutrina econômica e política, mas o anseio de Deus, o Deus que age na história. Não se trata tampouco de uma proposta de expansionismo, mas de um pan-nacionalismo”.

E termina com a frase que define o seu principal objetivo: “O Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente”.² A recepção do artigo foi imediata e negativa.³

O cerne do artigo é a crise de valores do Ocidente – entendido o Ocidente como a civilização ocidental –, aquele “território do espírito, uma entidade orgânica, viva, outrora pujante, mas hoje com sintomas sérios de debilidade e até mesmo demência”. Seus inimigos externos seriam o “terrorismo islâmico radical” e a “burocracia”. Tão importante como o terrorismo islâmico radical, estaria o Ocidente também ameaçado pelo que chamou “burocracia”, o *apparatchik* de uma governança global que ameaça de forma crescente a sobrevivência das soberanias nacionais. É essa ameaça que, na visão de Araújo, “drena a vitalidade e a riqueza do povo”.

O Ocidente estaria também ameaçado por inimigos internos, dos quais, aponta, “o verdadeiro e enorme perigo é a perda da própria identidade ocidental, a perda do espírito, o desaparecimento dos laços de cultura, fé e tradição que nos faz quem somos”.

A crise do Ocidente, da civilização ocidental, diz o papa Bento XVI, resulta da “autoimposta limitação da razão ao empiricamente falsificável” que relega o conhecimento moral e político ao domínio do radical subjetivismo. O resultado seria essa tendência no mundo ocidental de acreditar que “somente a razão positivista e as formas de filosofia baseada nela são universalmente válidas” e que a política, “que é o domínio da razão, agora fica à deriva e se torna sujeita a mitos totalitários, como o progressismo e o cientificismo”.⁴ Com ele, concorda Leo Strauss⁵.

Tanto Bento XVI como Leo Strauss nos dão uma descrição da crise contemporânea em termos de uma narrativa da modernidade. Trata-se de uma degeneração previsível, mas desnecessária, de um corte filosófico com a tradição pré-moderna, e ambos associam essa que-

bra radical como uma aspiração do Iluminismo francês. Em outras palavras, ambos argumentam que os pais fundadores do Iluminismo, de forma consciente ou não, plantaram a semente de seu ocaso. Para Strauss, essa quebra radical começa com Maquiavel, e daí continua com três “ondas”, correspondentes ao liberalismo original (Hobbes e Locke), ao progressivismo-socialismo-comunismo (Rousseau, Hegel, Marx), do qual excluo Kant, e ao fascismo-nazismo (Nietzsche, Heidegger)⁶.

Bento XVI enfatiza três estágios no programa de “deselenização” da cristandade, a partir da Reforma, continuando com a teologia liberal dos séculos XIX e XX, culminando, em sua opinião, com a completa capitulação da cristandade ao relativismo cultural⁷. Por fim, Bento XVI mantém que a chave para sobreviver à crise do Ocidente é recuperar o correto entendimento da razão, a ser encontrado na tradição filosófica e científica do Ocidente.

Para Araújo, a crise também começou com o Iluminismo. A referência ao Iluminismo ocupa apenas três linhas de seu artigo. Escreveu ele:

“Desde o ‘Iluminismo’, toda a tradição liberal e revolucionária constituiu-se numa rejeição do passado – em suas várias facetas de rejeição dos heróis, rejeição do culto religioso e rejeição da família: o homem pós-moderno não tem ancestrais, as sociedades pós-modernas não têm heróis.”

Mencionado o Iluminismo, Araújo não o retoma no restante do seu texto. O seu argumento tem como contraponto referências à visão do Ocidente do presidente Donald Trump, exposto em duas conferências.⁸ Trump não se ocupa do Iluminismo. Araújo o tem na mente, mas não elabora sobre ele.

Por acreditar que as seguidas referências a Donald Trump são, pelo menos em parte, motivo para a generalizada rejeição do artigo de Araújo, depois de citar Bento XVI e Leo Strauss, proponho aqui uma sustentação alternativa da tese de Araújo. Se ele não aprofundou explicitamente a questão do Iluminismo, do racionalismo iluminista, que é de fato do que se trata, e o faço aqui.

II

Uma utopia recorrente é acreditar na possibilidade de que somos capazes de criar instituições e normas perfeitas. Os criadores dessas instituições seriam seres privilegiados que não somente as concebiam como anteciparam as consequências de sua criação. Para eles, não importa que a sociedade seja o resultado de uma miríade de projetos individuais que se completaram ou se frustraram ao longo de gerações. Por sua vontade deliberada, buscam destruir a ordem e as instituições preexistentes, e instaurar uma nova ordem, como se a sociedade fosse plástica e moldável à sua vontade. Aos que assim pensam e agem denominamos de racionalistas construtivistas⁹.

No outro extremo do espectro das instituições estão aquelas que não resultaram da vontade de ninguém, transformadas em ação com o único propósito de atingir um fim deliberado. Essas instituições são normas sociais que emergem de forma evolucionária, e nos submetemos a elas muitas vezes de forma inconsciente. A isso chamamos ordem espontânea resultante de um longo processo de mudança ancorado na tradição¹⁰.

A razão construtivista, pela sua própria natureza revolucionária, destituída de qualquer ordem existente, impõe descontinuidades no processo evolucionário da História. Rejeita necessariamente a organização social que resulta de ordens espontâneas autorreguladas e,

por consequência, rejeita a tradição, “porque pertence à natureza de uma tradição tolerar e unir uma variedade interna, não insistindo na conformidade com um único personagem e, porque, além disso, tem a capacidade de mudar sem perder sua identidade”¹¹.

Já deveríamos ter percebido, em nosso próprio tempo, que instituições e normas criadas pelo racionalismo construtivista produziram algumas das maiores tragédias da humanidade: Lenin e a utopia comunista; e Hitler e a utopia racial nazista. Convivemos agora com a utopia de uma governança global que nos traria a Paz Eterna kantiana e com tantas outras utopias que me escuso de elaborar.

O racionalista construtivista busca o mais perfeito dos arcabouços institucionais possíveis e termina por impor a mais medíocre uniformidade. Supõe que haja sempre uma solução racional perfeita para as instituições sociais. Do perfeccionismo na solução decorre naturalmente a mais perfeita uniformidade; porque uma solução para um problema social que não reconhece circunstâncias não pode dar lugar à variedade.¹²

As características do moderno racionalista construtivista são fáceis de identificar. Seu pressuposto é o de que a única restrição ao seu pensar é a “razão”. Seus inimigos são a autoridade, o tradicional, o costumeiro e o habitual. Sua atitude mental é ao mesmo tempo cética e otimista: cética, porque não há qualquer opinião, hábito, ou crença, nada tão enraizado ou aceito que ele hesite deles duvidar e julgá-lo pela sua “razão”; otimista, porque o racionalista construtivista nunca duvida do poder dessa razão para determinar o valor de qualquer coisa, a verdade de uma opinião ou a propriedade de uma ação. Além disso, sente-se fortalecido pela crença em uma “razão” comum a toda a humanidade universal.

Reduz a complexidade e a variedade da experiência histórica social que as substitui por uma ideologia: o passado para ele é um estorvo. Não se detém na avaliação minuciosa dos fatos e experiências, que substitui pelas grandes linhas de uma teoria geral e abrangente, que se impõe sobre os eventos.

Para ele nada tem valor porque existe e por ter existido por muitas gerações; tudo é submetido à “dúvida radical” descartiana. Não reconhece a mudança social, lenta e segura. Por isso a tradição deve ser destruída, substituída por um construto, uma ideologia, que julga ser um resumo formalizado de uma verdade racional contida na tradição.

Para um racionalista construtivista, a revelação não é fonte segura de resposta; porque há muitas revelações oriundas de diferentes crenças, muitas vezes contraditórias. Tampouco a tradição, porque a tradição muitas vezes é enganosa ou falsa. O mesmo se aplica ao dogma ou à percepção de profetas, já que muitos impostores tomam seus lugares e nos iludem. Resta, portanto, somente um caminho para obter respostas verdadeiras: o correto uso da razão, de forma dedutiva como na matemática, ou indutiva como nas ciências da natureza. Por que esse método, de enorme sucesso quando aplicado às ciências naturais, não deveria ser igualmente aplicado à ética e à política?¹³

O problema é que não há respostas para questões que envolvem valores, como, qual a melhor forma de viver: seria a *eudaimonia* aristotélica? Em que consiste o Bem? Seria algo externo ao agente, objetivo, eterno, verdadeiro para todos os humanos em todas as circunstâncias e em qualquer lugar, ou o Bem seria algo pessoal, dependente de cada indivíduo e de suas circunstâncias? Ou ainda: Os homens são por natureza bons, como queria Rousseau, mas corrompidos pelas instituições que eles próprios criaram, ou intrinsecamente maus,

como pensava Montesquieu? E ainda: Qual o regime político ideal, a República da Renascença italiana ou a Monarquia Absoluta dos Habsburgos?¹⁴

É desnecessário dizer que havia uma longa tradição relativista e céptica que se opunha ao racionalismo construtivista em assuntos que envolvem julgamentos de valor. Essa tradição remontava aos sofistas gregos do século V a.C. Se o homem é a medida de todas as coisas, como dizia Protágoras, o que vale em determinado lugar e tempo pode não valer, necessariamente, em outro. Se assim for, crenças que envolvem julgamentos de valor, e as instituições nelas baseadas, não se assentam em descobertas de fatos naturais objetivos e inalteráveis, mas na opinião humana, variável e distinta entre diferentes sociedades e em diferentes momentos. Os valores morais e políticos e, em particular, a justiça e instituições criadas pelo homem, repousariam na volatilidade da convenção humana.

Essa tradição foi reafirmada pelos cépticos do século XVI, especialmente por Montesquieu e pelos grandes reformadores protestantes. A nova literatura de viagens e exploração em terras recém-descobertas, como já apontei em palestra nesse Conselho, enfatizou a variedade de costumes humanos e especialmente a influência de diferentes fatores naturais e geográficos sobre o desenvolvimento de diferentes sociedades humanas. Isto levou a diferenças de instituições que, por sua vez, geraram grandes diferenças de crença e comportamento.

Ao contrário, o Iluminismo francês assentava-se no jus naturalismo dos antigos: a natureza humana seria imutável em todos os tempos e lugares e os projetos de vida humanos seriam universais. Novas instituições poderiam ser criadas para substituir “o amálgama caótico da ignorância, da preguiça mental, da adivinhação, da superstição, do preconceito, do dogma, da fantasia e, acima de tudo, do ‘erro interes-

sado' dos governantes, responsáveis pelos erros, vícios e infortúnios da humanidade, como apontou Isaiah Berlin”.¹⁵

Resumindo: apesar das profundas diferenças de perspectiva entre os iluministas, havia uma ampla área de concordância entre eles sobre pontos fundamentais, pois um conjunto de princípios universais e inalteráveis governava o mundo; essas leis governavam a natureza inanimada e animada, fatos e eventos, meios e fins, vida privada e pública, todas as sociedades, épocas e civilizações; foi por afastar-se deles que a humanidade caiu no crime, no vício e na miséria.

Como tudo na vida, sístoles e diástoles se aplicam também à vida política, e reação a esse corpo dominante de crença, a posteridade deu o nome de ContraIluminismo.¹⁶

III

Gostemos ou não, o Ocidente é um legado do Iluminismo francês. Muitos dos valores, práticas e instituições da nossa atual civilização estão enraizadas no século XVIII, que ajudou a liberar um vasto potencial humano que determinou muito da forma e direção do mundo que habitamos, mas quando os líderes da Revolução Francesa tornaram os temas básicos do Iluminismo tais como a razão, o progresso, o anticlericalismo e a emancipação centrais ao seu próprio vocabulário revolucionário, era inevitável que uma reação contra a Revolução se tornasse também uma reação ao Iluminismo.¹⁷

Os argumentos de Bento XVI e Leo Strauss têm um sólido fundamento na história da cultura ocidental.

Edmund Burke (1729-1797) foi um dos primeiros inimigos da Revolução a culpar as ideias dos *philosophes* pelo desastroso colapso da

autoridade política e da ordem social na França, na década de 1790.¹⁸ Três grandes vultos assomam para a crítica da epistemologia racionalista construtivista do Iluminismo: Giambattista Vico, Johan Georg Hamann e Johann Gotfried von Herder, os dois últimos precursores do Iluminismo alemão.¹⁹ Essa reação veio em resposta, pelos dois últimos, à Alemanha, Prússia Oriental, devastada pela Guerra dos Trinta Anos, empobrecida, semidesabitada, rural e semifeudal.

Antes deles, o filósofo napolitano Giambattista Vico (1668-1744), ignorado em seu tempo e somente redescoberto mais de um século depois de seu tempo, opôs-se à aplicação do método das ciências da natureza a questões de ordem e instituições sociais.²⁰ Essa extraordinária descoberta pelo Iluminismo do conhecimento dos fenômenos que ocorrem no mundo físico, exterior, seria estranha ao conhecimento da causalidade de sua ocorrência e menos ainda não nos permitiram saber a finalidade desses fenômenos. Para Vico, somente o criador de tudo que ocorre na natureza, Deus, poderia saber do que se tratam esses fenômenos e com que finalidade foram criados.

É diferente o que ocorre com os fenômenos humanos, sociais, e o nosso conhecimento deles. É da interação entre os indivíduos que ocorrem interações espontâneas que se desenrolam no tempo e no espaço. Esses fenômenos espontâneos – suas motivações, objetivos, esperanças e medos são conhecidos: a linguagem, os ritos religiosos, os mitos, as normas e as instituições, são formas de autoexpressão, do desejo de transmitir o que somos e porque nos empenhamos e obedecemos a padrões inteligíveis.²¹

Por serem espontâneos, os fenômenos humanos são distintos no tempo e no espaço e não são universais para toda a espécie humana. Assim, como disse Vico, os mitos e a poesia da antiguidade não são falsas proposições a serem corrigidas pela crítica racional posterior.

Encarnam uma visão de mundo tão autêntica como a da cultura de nossa própria Era. E se constituem em uma visão mais antiga, crua e remota de nós, mas com sua própria voz são tão válidas como as nossas. Os poemas homéricos são uma obra-prima, mas que só podiam brotar de uma sociedade brutal, severa, oligárquica e “heroica”.

Vico foi revolucionário em insistir na pluralidade de culturas em face da universalidade de valores do Iluminismo francês. Me pergunto se estaria em Vico uma primeira defesa apaixonada da tradição que Araújo tanto preza e que vê rejeitada pelos racionalistas construtivistas contemporâneos.

Passemos aos precursores do Iluminismo alemão. Era o tempo do projeto de Frederico, o Grande, na metade do século XVIII, de introduzir a cultura francesa e a racionalização econômica, social e militar na Prússia Oriental. Esse projeto provocou uma reação particularmente violenta nessa sociedade protestante tradicional, pietista. Foi essa mesma tradição que se opunha ao Iluminismo francês que deu origem a Herder e Kant.²²

Johan Georg Hamann (1730-1788), teólogo e filósofo protestante da mesma cidade de Kant, Königsberg, seguiu os mesmos contornos de Vico e se mostrou mais radical que ele. Para Hamann, toda verdade é singular, nunca universal. Escreveu: “O Iluminismo de nosso tempo (*Die Aufklärung unsers Jahrhunderts*) é, portanto, uma mera aurora boreal, da qual não podemos profetizar qualquer cosmopolitismo...” Esse tagarelar, tudo isso é frio, luar infrutífero, sem luz.²³

O universo, para ele, assim como para a antiga tradição mística alemã, é em si um tipo de linguagem. Todo o nosso conhecimento obtivemos pela fé, tão próxima da realidade quanto nossos sentidos. Ler a Bíblia é ouvir a voz de Deus, que “fala em um idioma que ele nos deu a graça de entender”.

Temos necessidade de pertencer a uma determinada comunidade por laços indissolúveis e imateriais, com linguagem comum, com a mesma memória histórica, os mesmos hábitos, a mesma tradição e sentimento. Hamann opõe-se ao cosmopolitismo do Iluminismo francês, que compreende apenas fatores causais mecânicos ou a vontade arbitrária de reis e legisladores, “às vezes sábia, virtuosa e altruísta, outras vezes egoísta, corrupta, estúpida e cruel. Uma nação pode entender e simpatizar com as instituições de outra apenas porque sabe o quanto sua própria importância significa para si mesma”.

A rejeição ao cosmopolitismo, que hoje chamaríamos de globalização, e que está refletida em Araújo, está clara em Hamann, mais ainda que em Vico.

Johann Gotfried von Herder, quem sabe, poderia ser o modelo ideal para Araújo pela importância por ele conferida à tradição e ao nacionalismo cultural. Discípulo de Hamann, Herder acreditava que entender qualquer coisa era entendê-lo em sua individualidade e desenvolvimento, e que isso exigia uma capacidade de ver, em perspectiva, o caráter individual de uma tradição, seja artística, de literatura, de uma organização social, de um povo, de uma cultura, ou de um período da história.

Para entender uma cultura, afirmou, precisamos saber qual é a estrutura “orgânica” da sociedade (o termo “orgânica” é usado por Araújo em seu texto), para compreender as mentes, as atividades e os hábitos de seus membros. Por isso, para entender uma religião, uma obra de arte ou um caráter nacional, é preciso vivenciar as condições únicas de sua vida. Da mesma forma, para entender a Bíblia é necessário vivenciar a experiência daqueles pastores e pescadores que habitavam a Palestina.

Escreveu que é vaidade e cegueira classificar os méritos de uma totalidade cultural, do legado de tradições inteiras, aplicando regras dogmáticas com suposta validade universal. Toda cultura tem seu próprio centro de gravidade e, a menos que o compreendamos, não podemos entender seu caráter ou valor. Arte, moralidade, costumes, religião, a vida nacional, nascem da tradição imemorial, e são criadas por sociedades inteiras que vivem uma vida comunitária integrada.²⁴

Herder, em seus ataques ao cosmopolitismo ocidental e ao universalismo, é o maior inspirador do nacionalismo cultural e serve como importante precursor dos argumentos de Araújo em defesa da tradição e do nacionalismo cultural.

IV

Passo agora ao presidente Trump e à sua presença tão constante no texto de Araújo. Como David Smith exaustivamente mostrou, é importante reconhecer que Trump não é um conservador.

O antes representa aquela voz do populismo americano, tão presente ao longo de toda a história do país. Essa voz que afirma falar pelas pessoas comuns, que se acreditam silenciadas e ignoradas, tão profundamente entranhado na cultura americana e que de tempos em tempos retorna à política americana.²⁵

É um impulso e suas raízes remontam ao individualismo jeffersoniano e é animado por uma convicção de que uma coisa essencial em nossa cultura está sob cerco por correntes poderosas no resto do mundo. Uma das manifestações de voz populistas na política foi o Partido do Povo (*People's Party*), também conhecido como Partido Populista, ou, simplesmente, os Populistas, um partido agrário de

esquerda no final do século XIX, nos Estados Unidos. Abordei esse aspecto do populismo do presidente em conferência pronunciada em nosso Conselho.

Muitas facetas compõe o populismo de Trump. Em seu discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o presidente sinalizou de forma clara uma ruptura definitiva com o consenso internacionalista que até então guiava a grande estratégia dos EUA desde a Segunda Guerra Mundial. “Nunca renunciaremos à soberania dos Estados Unidos a uma burocracia global não eleita e irresponsável”, proclamou. “Nações soberanas e independentes são o único veículo em que a liberdade já sobreviveu, a democracia já resistiu ou a paz já prosperou. E, portanto, devemos proteger acima de tudo nossa soberania e nossa independência.” Não poderia ser mais claro na oposição ao multilateralismo e à governança global.

No entanto, o estilo de governar de Trump não está em conflito com grande parte da história dos EUA. O “America First” tem raízes profundas no passado dos Estados Unidos. É um retorno a um período anterior à Segunda Guerra Mundial, uma manifestação anterior ao excepcionalismo americano. A hostilidade à participação dos EUA em tratados internacionais, o protecionismo comercial, a aversão à promoção da democracia mundo afora, o nacionalismo com claros tons de intolerância racial, a tentação isolacionista – esses aspectos da abordagem do “America First” de Trump se opõe, frontalmente, à toda política americana de seus antecessores, de Obama em particular.

Como bom populista, Trump se dirige aos silenciados e ignorados que se sentem prejudicados pela globalização, pela imigração e pelas obrigações internacionais assumidas pelo país, e que, portanto, anseia pelos Estados Unidos do passado.

Em seu discurso na Assembleia Geral, Trump atacou o multilateralismo do pós-guerra e enfatizou que sua principal prioridade é recuperar a soberania nacional. Atacou o Tribunal Penal Internacional, o Pacto Global sobre Migrações e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Recusa-se a participar do acordo de Paris sobre o clima. Em seu discurso no mesmo órgão no ano passado, seu tema era o mesmo: defendeu um mundo de “nações fortes e soberanas”, cada uma em competição com as demais pela liderança mundial.

Trump não se limitou à retórica. Retirou os Estados Unidos do Acordo do Clima de Paris e do Acordo Nuclear com o Irã. Nomeou John Bolton consultor de segurança nacional, recentemente defenestrado, conhecido por sua hostilidade a acordos que infringem a soberania dos Estados Unidos. É hostil até a instituições das quais os Estados Unidos não fazem parte: apoia o *Brexit* e se alinha com os governos populistas da Itália, Polônia e Hungria, hostis ao projeto de integração europeia.

O unilateralismo de Trump é uma ruptura acentuada com a maior parte do passado recente, mas isso não o torna uma novidade. Até a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos ignoravam um tratado internacional após o outro – incluindo a Liga das Nações. E segue a recomendação de George Washington em seu discurso de despedida da presidência dos Estados Unidos: “A grande regra de conduta para nós em relação às nações estrangeiras é ampliar nossas relações comerciais e ter com elas o mínimo de relacionamento político possível”.

Trump tem se concentrado nas relações comerciais dos Estados Unidos, mas privilegia o protecionismo e a reciprocidade ao livre comércio. Na ONU, insistiu que o comércio deve ser “justo e recíproco”. Desencadeou uma série de guerras comerciais ao impor barreiras tarifárias às importações americanas para proteger a indústria

do país. Quer também que os parceiros comerciais ofereçam maior acesso aos produtos dos americanos.

Isso também não é novidade. O Tratado Modelo, elaborado por John Adams e aprovado pelo Congresso Continental em 17 de setembro de 1776, propôs o comércio recíproco, e não livre, com outras nações. Sob a influência de Hamilton, tarifas protegeram a crescente base industrial dos Estados Unidos desde a independência até o surgimento do país como uma grande potência.

A visão de Trump sobre a promoção da democracia também se assemelha à de uma era anterior ao consenso pós-Segunda Guerra Mundial. Como afirmou na ONU: “Honro o direito de todas as nações, nesta sala, de seguir seus próprios costumes, crenças e tradições. Os Estados Unidos não lhe dirão como viver, trabalhar ou adorar. Só pedimos que vocês em troca honrem nossa soberania.”

Os *Founding Fathers* anteciparam o ceticismo de Trump com relação à interferência nos assuntos domésticos de outras nações: os Estados Unidos seriam um farol da democracia, mas não um cruzado. Seja na América Latina na década de 1820 ou na Europa na década de 1840, os Estados Unidos se eximiram de intervir em apoio a causas liberais. A lógica subjacente era clara. Interferir nos assuntos de outras nações era inconsistente com os valores americanos e punha em risco envolver os Estados Unidos em conflitos distantes e complicados – Trump concordaria.

A concepção racial de Trump a respeito da identidade do país e da hostilidade americana com relação a imigrantes não brancos tem raízes igualmente profundas na história dos Estados Unidos. Desde a Guerra Revolucionária até a era da Reconstrução, os Estados Unidos fizeram repetidas tentativas de anexar o Canadá, em parte, porque era habitado principalmente por brancos, mas durante as mesmas

décadas, o Congresso recuou da tentativa de estender a nação em direção ao sul – por exemplo, para Santo Domingo, Haiti ou Cuba – em grande parte porque se negava a integrar o que considerava “povos inferiores” ao país. Esse sentimento persistiu ao longo do século XX. Apenas a título de exemplo, em maio de 1921 o *The Saturday Evening Post* advertia seus leitores do grave “problema da imigração” que ameaçava uma “degeneração racial” nos Estados Unidos. Inúmeros outros exemplos poderiam aqui ser citados.²⁶

Trump não é um conservador, descendente da estirpe de um Edmund Burke – intransigente defensor do livre comércio – ou de um Michael Oakshott, para ficar somente dois expoentes do pensamento conservador, nos séculos XIX e XX. Como mencionei na abertura, sua presença no texto de Araújo pode explicar a antipatia de muitos de seus leitores.²⁷

V

Estou me aproximando do final e gostaria de dizer, por tudo que aqui expressei, que a reflexão de Araújo tem o mérito de chamar a atenção para um tema que merece reflexão. Esse tema tem raízes profundas no Contrailuminismo e não merece rejeição sem entendermos que Contrailuminismo faz parte da tradição cultural do Ocidente.

Gostaria também de retornar à afirmação de Araújo de que “o Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente” – da civilização e da cultura ocidentais. Ao me aproximar de finalizar, deixo às senhoras conselheiras e aos senhores conselheiros avaliar como a reflexão de Araújo poderá ter efeitos sobre a política externa do país. Temos conselheiros de grande saber e sabedoria no Conselho que melhor poderão fazer essa avaliação.

Gostaria apenas, antes de encerrar, que, ao contrário da posição em favor de um comércio “justo e recíproco” expressada por Trump, acabamos de celebrar o mais abrangente Tratado de Livre Comércio com a União Europeia. Outros tratados semelhantes estão sendo discutidos com vários de nossos parceiros comerciais.

Se houve um momento em que se manifestou certa hostilidade à China, a visita do vice-presidente Mourão em maio último e a próxima visita de Estado do presidente Bolsonaro ao país deixa claro que seguimos a recomendação de Washington: o comércio promove a riqueza das nações e a paz, sem que quaisquer outros vínculos se apresentem.

Não estamos em guerra comercial com ninguém. Nos afastamos, politicamente, de vizinhos governados pela esquerda radical cujos regimes são hostis ao nosso, mas ignoramos solenemente recomendações de alguns radicais nossos que gostariam de nos ver envolvidos em uma aventura militar na Venezuela.

Se temos restrições à imigração por força da lei dos dois terços em vigor, não discriminamos os que aqui vêm por motivo de religião ou cor da pele.

Fazemos, sim, parte do Ocidente, porque somos um povo que preza seu passado simbólico e acredita em Deus. Somos nacionalistas na cultura que herdamos dos que nos antecederam. Nosso povo não é complacente com o marxismo cultural e o rejeita. Se parte de nossa elite ignora nossas raízes, problema dela. Para nós há um longo caminho a percorrer, dado o estrago feito por essa elite, mas estamos voltando ao nosso leito, a cultura ocidental, da qual fazemos parte.

Notas

1 – O texto beneficiou-se de conversa sobre o tema com Mary Del Priori. Agradeço também os comentários de Antonio Celso Alves Pereira, Arno Wehling, Aspásia Camargo, Aurélio Wander Bastos, José Botafogo Gonçalves, João Clemente Baena Soares, Luiz Felipe Seixas Correa, Luiz Roberto Cunha, Marcos Castrioto de Azambuja e Vicente Barreto, que obviamente não são responsáveis pelos erros remanescentes nesse texto.

2 – Ernesto Henrique Fraga Araújo. Trump e o Ocidente. *Cadernos de Política Exterior*, ano III, n. 6, segundo semestre de 2017.

3 – Um exemplo: André Calixtre. *O cruzado tropical e as origens do liberalismo teocrático*. Observatório da economia contemporânea, 22 de novembro de 2018.

4 – Bento XVI. “Aula Magna na Universidade de Regensburg” proferida em 12 de setembro de 2006. In: James V. Schall. *The Regensburg Lecture*. South Bend, Indiana: St. Augustine Press, 2007.

5 – Leo Strauss, The Three Waves of Modernity. In: *An Introduction to Political Philosophy*. Detroit: Wayne State University Press, 1989.

6 – Leo Strauss. *Natural Right and History*. Chicago: University Press, 1953.

7 – Leo Strauss. *Thoughts on Machiavelli*. Chicago: University Press, 1995.

8 – A primeira em Varsóvia e a segunda na Assembleia das Nações Unidas.

9 – Friedrich A. von Hayek, “Principles of a Liberal Social Order”. In: Chiaki Nishiyama e Kurt R. Leube. *The Essence of Hayek*. Stanford: The Hoover Institution on War, Revolution and Peace, 1984; Friedrich A. von Hayek. *Law, Legislation and Liberty*. v. I. Chicago: University Press, 1979.

10 – Friedrich A. von Hayek, op. cit.

11 – Michael Oakshott. *Rationalism in Politics and Other Essays*. Indianapolis: Liberty Fund, 1991.

12 – Michael Oakshott, op. cit.

13 – Oakshott, op. cit.

14 – Isaiah Berlin. *The Crooked Timber of Humanity*. Princeton: University Press, 2013.

15 – Berlin, op. cit.

16 – Henry Hardy atribuiu a Isaiah Berlin essa designação. Ver: Isaiah Berlin, *Against the Current: Essays in the History of Ideas*. Princeton: University Press, 2013. O termo foi pela primeira vez empregado por William Barrett em *Art, Aristocracy and Reason*. *Partisan Review*, 1949.

17 – Graeme Garrard. *Counter-Enlightenment: From the Eighteenth Century to the Present*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2006.

18 – Edmund Burke. *Reflections*[S.l.: s.n., s.d.].

19 – Isaiah Berlin. *Three Critics of the Enlightenment: Vico, Hamann, Herder*. Princeton: University Press, 2000.

20 – Giambattista Vico. *Vita Nuova*. Forgotten Books, 2019.

21 – Oakshott, op. cit.

22 – Isaiah Berlin. *The Magus of the North: J. G. Hamann and the Origins of Modern Irrationalism*. John Murray, 1993.

- 23 – Carta de Hamann a Christian Jacob Kraus, 18 de dezembro de 1784. In: *What is Enlightenment?* J. Schmidt, ed. Berkeley e Londres: University of California Press, 1996. Citado por Graeme Garrard, op. cit.
- 24 – Isaiah Berlin. *Vico and Herder: Two Studies in the History of Ideas*. Hogarth, 1976.
- 25 – Essa Seção toma por base David Smith, “What American Populism Really Means”. FEE, 17 de março de 2017.
- 26 – Sarah Churchwell, American Immigration: A Century of Racism. *The New York Review of Books*, 26 de setembro de 2019.
- 27 – Steven Hayward, How to Get through the ‘Nationalism’ Minefield. *Law & Liberty*, 2 de setembro de 2019.

A energia no futuro

Joel Mendes Rennó

Membro do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo; vice-presidente do Rotary Club do Rio de Janeiro; presidente da Cia. Vale do Rio Doce – 1978/1979; presidente da Petrobras – 1992/1999; presidente do Conselho de Administração da empresa Brasil EcoDiesel – 2010/2012

“Nos próximos 20 anos, consideram especialistas e estudiosos que o mundo passará por transformações mais profundas do que as que ocorreram nas últimas 5 a 6 décadas. Novas profissões serão criadas e outras desaparecerão. A disrupção, inclusive em matéria de energia, será a regra e as taxas de inovação se acelerarão. Nenhuma área de atividade, seja humana, empresarial, tecnológica, energética, estará a salvo das mudanças que virão e as mutações vão impactar a maioria dos processos produtivos e os modelos de negócios da atualidade.”

Essa foi uma das principais conclusões do encontro “Singularity and University Global Summit 2017”, realizado em agosto daquele ano em San Francisco, Estados Unidos. A SU é uma comunidade mundial que incentiva inovações orientadas para a solução de problemas globais: energia, meio ambiente, alimentação, habitação, água, saúde, educação e segurança, a partir do uso de tecnologias exponenciais.

O livro *The future is better than you think*, esclareceu o conceito de tecnologia exponencial. Este é um livro que comenta que o crescimento

exponencial da tecnologia não é percebido, porque não estamos acostumados a pensar exponencialmente. Nosso cérebro evoluiu em um ambiente local e linear, mas vivemos em um mundo global e exponencial. Pensamos linearmente e é muito difícil nesta condição entender mudanças exponenciais. Se alguém, por exemplo, der 30 passos lineares chegará naturalmente a 30m de distância, mas se der 30 passos exponenciais, a distância percorrida poderá ser de 1 bilhão de metros. O crescimento exponencial é a razão pela qual o computador de US\$10 milhões, que ocupava algumas salas na década de 1970, do século passado cabe agora em nosso bolso e custa menos de US\$1000. A tecnologia está crescendo exponencialmente, não apenas na informática, mas em biotecnologia, inteligência artificial, robótica, nanotecnologia, bioinformática, energia, impressão em 3D, enfim uma longa lista. O crescimento exponencial da tecnologia viabilizará um mundo onde todos terão acesso a água limpa, alimentos nutritivos, habitação, educação, cuidados de saúde e energia no futuro bem próximo.

O mundo, como temos visto, está se modificando numa velocidade, digo novamente, exponencial e essa transformação se deve à inovação tecnológica. O setor de energia não é exceção.

O processo de eletrificação, receberá no futuro e já recebe, em parte, contribuição significativa das fontes de energias alternativas e renováveis. Nos últimos 5 anos, por exemplo, a produção de energia a partir de painéis solares fotovoltaicos e turbinas eólicas teve seu custo reduzido de 50% a 80% e, nos últimos 2 anos, o mundo instalou mais energia solar do que à base de combustíveis fósseis. No ritmo atual, em 2040, 30% da eletricidade mundial será fornecida por energia eólica e fotovoltaica.

As empresas de carvão energético não terão muito mais expressão no mercado, ao longo dos próximos 10 anos, 12 anos.

No caso da indústria do petróleo, a disrupção se dará também pela introdução, por exemplo, dos veículos elétricos no mercado de transporte. Isto deverá naturalmente ocorrer, num futuro breve, aliás já está acontecendo. Cada VE economizará 30 a 40 barris de combustíveis por ano e a eletricidade a ser consumida virá de fontes variadas e não apenas de hidrocarbonetos. O maior impacto será a redução do consumo de gasolina e diesel, de forma permanente. A demanda cairá e será direcionada para fertilizantes, fármacos, lubrificantes e produtos petroquímicos. Não mais para a intensa produção de gasolina e diesel.

O enfraquecimento da demanda deverá manter os preços de óleo e gás natural em níveis mais baixos, ao contrário da atualidade, e os países que produzirem petróleo convencional, com custos menores, serão os únicos fornecedores no mercado mundial.

De petroleiras a geradoras de energia elétrica, as fontes renováveis do futuro têm tornado o Brasil destino frequente de novos investimentos. A gigante global Shell, que produz presentemente 3% da demanda mundial de energia, prepara-se para ser em 20 anos a maior empresa de eletricidade do mundo e tem o Brasil como prioridade de investimento, sendo atualmente uma das líderes em comercialização de energia no país. Em exploração e produção, a Shell participa, entre outras áreas, do campo de Libra, Bacia do Espírito Santo/Santos, uma das áreas mais prolíficas do Pré-Sal.

Com a construção de hidrelétricas a fio d'água, isto é, sem grandes reservatórios de acúmulo de água e o avanço de fontes intermitentes, como eólica e solar fotovoltaica, o gás natural aumentará fortemente sua presença na matriz elétrica no futuro. Isso coincide com o acréscimo na produção de petróleo do Pré-Sal brasileiro, onde há enorme quantidade de gás associado ao óleo, a 7 km de profundidade.

A geração de eletricidade a partir de energia eólica, vem batendo sucessivos recordes, e esta situação deverá aumentar, sobremaneira, nos próximos anos.

Isso demonstra que a fonte eólica já não é mais, apenas um complemento a suportar a maior parte do consumo. O que explica de certo modo este fato, é que os custos de produção a partir dessa energia e da solar, como disse no início desta apresentação, sofreram uma queda vertiginosa nos últimos 5 anos, entre 50% e 80%. Assim, os projetos tornaram-se cada vez mais econômicos e sinalizam um crescimento exponencial do aproveitamento no Brasil e no mundo. Esta será, sem qualquer dúvida, uma das formas mais importantes de energia no futuro.

Esse tipo de notícia nos remete às transformações que vem ocorrendo nesse setor no planeta, a taxas cada vez mais aceleradas. Essas mudanças vão impactar a maioria dos negócios e nenhuma área de atividade de energia estará a salvo das modificações que certamente ocorrerão. Dois vetores principais orientarão o futuro: a esperança de um mundo melhor, mais limpo e sustentável, e o desenvolvimento de tecnologias específicas, capazes de viabilizar economias de baixo carbono nos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

As Nações Unidas em recente trabalho, divulgaram cálculos de até US\$7 trilhões as oportunidades de negócios geradas pelo que denominou “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, sendo US\$4 trilhões nos países em desenvolvimento, entre os quais, o Brasil. A denominada Agenda 2030, é um ambicioso plano de ação voltado para a prosperidade econômica, o bem-estar social e o equilíbrio ambiental, acordado entre 193 países-membros da ONU. Seus 17 objetivos contêm 169 metas a serem alcançadas até 2030. As empresas de que trata essa Agenda podem gerar crescimento em bases sustentáveis, por meio de tecnologias mais

avançadas, inovações, mudança da matriz energética. Como sempre a energia no futuro, menor exposição a riscos e antecipação a futuras precificações sociais e ambientais, como a emissão de carbono. É um programa extremamente ambicioso, cujo resultado a ONU preparou para os próximos 10 anos, 11 anos.

Embora tenham contrariado as expectativas do resto do mundo, as restrições do governo norte-americano ao Acordo de Paris, não deverão impedir o cumprimento dos compromissos assumidos, em nível geral, para apoio à ação mundial de proteção climática. Muitas empresas americanas mantiveram inclusive seus projetos alinhados com a redução de emissões de carbono e tudo indica, assim sendo, que as restrições do governo americano começarão a ser retiradas, à medida que outros países, em especial a China, se disponham a assumir a liderança do processo, em escala global. Além do aspecto político, da maior competição entre Estados Unidos e China, as energias no futuro, eólica e solar especialmente vêm se mostrando, desde já, mais importantes do que as fontes fósseis na geração de eletricidade e isso estimula o interesse de investidores e neutraliza um dos principais argumentos que os Estados Unidos utilizaram para abandonar o acordo climático. O Acordo de Paris tem signatários suficientes para torná-lo juridicamente vinculativo e parece que não será sustentável para os EUA, segundo maior poluidor do mundo, livrar-se de compromissos ambientais, enquanto o resto do planeta mantém essa condição.

Na China, não há propriamente mais dúvida quanto à decisão do governo de intensificar a utilização de energia limpa. A nação já é reconhecida como a superpotência global em energias renováveis e o será mais ainda no futuro, tendo estabelecido seu domínio por meio de enormes investimentos. Aplicou, por exemplo, US\$190 bilhões nos últimos 2 anos na denominada energia verde, e está programando gastar

mais US\$360 bilhões até o ano de 2022. Além de ambiciosos projetos domésticos, entre os quais se destaca a maior fazenda solar do mundo, na província de Qinghai, com 870 MW, o governo chinês promove negócios relevantes em outros países, em especial na Austrália, Chile, Alemanha e Brasil. A China possui cinco das seis maiores empresas de fabricação de módulos solares, é a maior fabricante de turbinas eólicas e de íons de lítio, utilizados na produção de baterias de grande capacidade.

O que teria motivado o país a se tornar, em tão pouco tempo, relativamente, líder em energias renováveis? Certamente, a degradação ambiental observada nos seus grandes centros urbanos. Quem conhece o país, sabe da convivência com elevada poluição atmosférica, em virtude de sua forte dependência do carvão energético na produção de eletricidade. Além disso, o vasto território chinês é altamente vulnerável a mudanças climáticas, com severas secas no Norte, geleiras derretidas no Oeste, inundações no Sul e desertificação crescente. Seu interesse no processo de proteção climática é evidente, porém a maior motivação para o compromisso dos chineses parece ser de natureza econômica e social. A China identificou um gigantesco mercado para a exportação de tecnologias com baixas emissões de carbono, como o transporte ferroviário de alta velocidade, a energia solar, a eólica e os veículos elétricos. Os avanços tecnológicos tornaram a energia limpa mais viável presentemente e no futuro, e os investimentos programados deverão acrescentar no citado país 9,5 milhões de empregos apenas no próximo ano. A disponibilidade de empregos no setor de energia limpa será cinco vezes maior do que no setor de combustíveis fósseis. Além disso, os salários pagos nas atividades relacionadas com a energia verde, também serão competitivos e a remuneração média aumentará.

A previsão de uma crescente eletrificação do consumo de energia no futuro, em toda a parte, desperta igualmente a atenção da indústria do

petróleo. Na esteira das pressões legítimas e preocupações ambientais, a geração de eletricidade a partir de fontes não fósseis, a introdução dos veículos elétricos no mercado e os ganhos de eficiência energética, poderão reduzir a demanda futura de petróleo entre 15 a 20 milhões de barris diários até 2040. Um estudo da “Carbon Tracker Initiative”, estima que os ativos das sete maiores empresas privadas de petróleo poderiam valer US\$100 bilhões a mais, se essas empresas alinhassem os seus planos de investimento com o objetivo de limitar o aquecimento global. O relatório da “Carbon Tracker”, alerta para a necessidade de se fazerem previsões mais conservadoras sobre a demanda futura global e lembra que, entre 2014 e 2015, um excesso de 2% na oferta de óleo, levou a um total de US\$380 bilhões em despesas de capital canceladas ou adiadas pela indústria. De acordo com a citada “Carbon Tracker”, as empresas que assumem a condição de que uma alta demanda futura elevará o preço do barril, correm o risco de aprovar projetos de menor segurança e retorno financeiro.

Conceituados analistas acreditam que o setor de energia no futuro ingressará em um processo acelerado de inovação disruptiva, que, sem dúvida, promoverá profundas mudanças na tecnologia, nos processos e nos modelos negociais.

“Para a indústria do petróleo, um dos grandes motivadores dessa transformação será a introdução dos veículos elétricos no mercado de transporte. Pressionadas por regras cada vez mais rigorosas contra a poluição, as grandes montadoras mundiais estão investindo para que os modelos elétricos estejam à disposição dos consumidores no menor prazo possível. Tesla e GM já iniciaram a comercialização de seus modelos, enquanto Daimler, Volvo, Scania e Cummins estão produzindo caminhões elétricos de vários tamanhos até 2025. A Volkswagen anunciou investimentos de 20 bilhões

de euros para assegurar que as 12 marcas do grupo disponham de 50 modelos de VE em 2025 e 300 modelos até 2030. A BMW, Mercedes Benz e a Toyota também anunciaram que pretendem oferecer opções híbridas e elétricas para cada um de seus modelos. Alguns países, entre eles a China, a Índia, o Reino Unido, a Alemanha, a França, estabeleceram metas ambiciosas para a substituição progressiva de veículos convencionais por VE, estimulando iniciativas industriais.”

Parece evidente, que a energia limpa continuará a ganhar impulso em todo o mundo, significando claramente como será a energia no futuro.

Na atualidade, petróleo, gás natural e carvão continuam sendo as principais fontes primárias mais utilizadas para a produção de energia. Em particular, o petróleo está na vanguarda do consumo. Quanto às formas alternativas renováveis, terão futuro brilhante, tendo em vista, sobretudo, a preservação ambiental, de modo que se possa viver cada vez mais num planeta limpo e habitável.

De acordo com o relatório “Tendências Globais do Investimento em Energias Renováveis”, publicação da área de meio ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), o setor de energia solar fotovoltaica continuará dominando a capacidade de geração elétrica, ao lado do setor eólico, destacando-se como as energias renováveis a serem mais utilizadas em toda a parte, no futuro. O futuro estará reservando, também, espaço importante para a energia nuclear, a biomassa, o hidrogênio e o aproveitamento continuado da hidroeletricidade.

Somente no ano de 2017 foi instalado um recorde de 100 gigawatts de nova capacidade solar e pode-se imaginar que no futuro essa capacidade se multiplicará por 10, 20 ou 30 vezes, com investimentos de bilhões de dólares. Acréscimos nesses valores financeiros estão

programados para instalações de produção eólica e de biomassa. Desde 2004 até o ano passado, isto é, nos últimos 14 anos, 15 anos, foram investidos no mundo US\$3 trilhões nessas fontes de energia, resultando numa média anual superior a US\$230 bilhões. É um número que impressiona de fato!

A força impulsionadora desses investimentos, foi sobretudo a China. Outros países como Alemanha, Espanha, Austrália, Brasil, estão incluídos igualmente no expressivo aumento de instalações para a produção de energias alternativas e renováveis.

Os investimentos nessas modalidades, atraem milhares de pessoas para o mercado de trabalho e empregos mais bem remunerados. A energia limpa contribui também, como sabemos todos, para o desenvolvimento saudável das nações, livrando-as da poluição. Este é um aspecto altamente positivo do futuro da energia.

“Cada Era tem o seu tema central recorrente, um conjunto de crenças que explica o universo que inspira e conforta o indivíduo ao oferecer uma explicação para os acontecimentos que lhe são impingidos. No período medieval, os conselheiros bem se lembram, o tema central, foi a religião, no iluminismo, a razão, nos séculos XIX e XX foi o nacionalismo, combinado com uma visão da história, enquanto uma força motivadora. A ciência e a tecnologia que contribuirão enormemente para a energia no futuro, são conceitos que servem de guia para a nossa era atual. Ao longo do tempo, essas eras proporcionaram avanços sem precedentes para o bem-estar humano. A evolução das crenças transcende limitações culturais e tradicionais. A tecnologia vem criando um meio de comunicação que permite contato instantâneo entre indivíduos ou instituições em qualquer lugar do planeta, assim como o armazenamento e a recuperação de enormes quantidades de

informações, ao toque de um simples botão. Não há nada mais poderoso do que uma tecnologia, cuja necessidade chegou.”

Quanto à energia nuclear, no que diz respeito ao futuro, registre-se que se trata de uma fonte estável e previsível, com a vantagem de contribuir para evitar o efeito estufa. Com isso, sob as variações de energia elétrica, com base eólica e solar, a vertente nuclear consegue amortecer tais flutuações, garantindo a estabilidade da demanda. É uma fonte que reforça a base da matriz elétrica e deve ser sempre considerada como importante. A previsão é a de que a energia nuclear contribuirá com cerca de 10% da matriz energética mundial, nos próximos anos. No Brasil, sua participação é considerada com mais ênfase no futuro do que no presente, pois produzimos, no momento, através da Eletronuclear, subsidiária da Eletrobrás, apenas cerca de 1,8 a 2 gigawatts de potência, através de duas centrais. Aguarda-se o prosseguimento das obras da Usina Angra 3, iniciada em 1980 e previstas para serem concluídas em 2025.

O desenvolvimento dos trabalhos e estudos sobre energia nuclear no Brasil, conta também, com a participação da Marinha, através de sua Diretoria Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnologia. A propósito, como estão a par os conselheiros, há alguns anos nosso país detém a tecnologia de produção do ciclo completo do combustível nuclear, rara condição entre a maioria das nações e possui uma das cinco maiores reservas mundiais do minério.

Há estudos como na França, Espanha, Austrália, Japão, para a construção de novas centrais nucleares com capacidade de cerca de 200, 300 megawatts de potência, levando em conta, sobretudo, o custo das instalações e sua segurança, modificando o que se estudava anteriormente para potências bem maiores. A energia nuclear continuará sendo parte importante da energia no futuro.

O que há de novo nas próximas Eras, comparando-as com aspectos do tempo atual, é o ritmo da mudança proporcionada pelo poder dos computadores e a expansão da tecnologia da informação. Ao refletir a respeito de sua experiência como fundador e dirigente da Intel Corporation, o engenheiro Gordon Moore concluiu que a tendência por ele observada continuaria fazendo com que a capacidade de processamento dos computadores, sempre em função da energia de que se dispunha na ocasião, dobraria a cada 2 anos. “A Lei de Moore” tem se revelado espantosamente profética. Os computadores encolheram de tamanho, baixaram de custo e se tornaram exponencialmente mais velozes, a ponto de unidades de processamento serem inseridas, praticamente, em qualquer objeto, como telefones, relógios, carros, aparelhos domésticos, sistemas de armas, aeronaves não pilotadas e no próprio corpo humano.

Isto é verdadeiro num grau ainda maior, quando os números de dispositivos conectados atualmente à Internet beiram 10 bilhões e estão projetados para 50 bilhões nos próximos 20 anos e uma “Internet das coisas” ou uma “Internet de tudo” começa a ser vislumbrada para o futuro.

Os efeitos dessa revolução se estendem a todos os níveis da Organização Humana. Indivíduos munidos de *smartphones*, celulares, *tablets*, hoje estimados em mais de 1 bilhão de pessoas, dispõem de informações de capacidade analítica, que estão ao alcance de muitos órgãos de inteligência.

Essas mudanças têm ocorrido com tal rapidez, que frustraram a maior parte especializada para compreender suas amplas consequências. E a energia no futuro encontra-se nessa condição, independente da fonte primária de sua produção.

O registro dos dados, números, porcentagens, a respeito da energia no futuro, nos próximos 5, 10, 15 anos e daí em diante é na verdade de difícil vaticínio. Há, no entanto, esperança e convicção de que a energia no futuro será menos divergente e o mundo seguramente melhor.

Uma palavra final sobre o Brasil: a importância e a experiência do país no setor de energia, continuará positiva no futuro.

Somos mais de 200 milhões de consumidores, temos variadas fontes energéticas e numerosas reservas, das quais se sobressai atualmente o potencial do denominado Pré-Sal. Se desenvolvido firme e corretamente, nosso país poderá ser entre 6 a 8 anos, graças ao Pré-Sal, o quinto maior exportador de petróleo mundial, ao lado da Arábia Saudita, EUA, Rússia e Noruega.

Nossa empresa de energia, a Petrobras, todos sabemos, passou até recentemente, por momentos cruciais de desprestígio e objeto de notícias negativas de toda ordem, resultado de fatos e divulgações sobre corrupção e incompetência administrativa.

Está ocorrendo, no entanto, uma nova fase no seu desempenho. Reconstrução, com dirigentes honestos, e sensível mudança de atitude. A energia no futuro no que diz respeito à empresa, indica rumos positivos e a companhia em breve tempo, esperamos que possa retomar sua trajetória de êxito.

Concluindo, podemos afirmar que os desafios da energia continuarão no futuro, influenciando a economia em toda a parte.

Acreditamos que não há soluções simples para a sua complexidade e extensão, porém, escolhas inteligentes que possam promover o desenvolvimento e o bem-estar das nações.

Globalização, Direitos Humanos e sociedade cosmopolita

Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto

Professor no Programa de Pós-Graduação em Direito da UNESA e da UNISINOS

I. Os Direitos Humanos e os paradoxos do século XX

Encontramos na cultura contemporânea diversas palavras que servem como referenciais paradigmáticos de valores e normas éticas, sociais e jurídicas. Constituem-se num conjunto de palavras de ordem, que influem e regulam as relações sociais, pautando e diferenciando o certo do errado, o justo do injusto. Algumas delas foram e são empregadas como poderosos instrumentos na luta política contra absolutismos políticos e fanatismos religiosos. Assim, temos por exemplo: direitos humanos, dignidade humana, liberdade de expressão política e religiosa, liberdade econômica.

Em todas essas manifestações, muitas vezes, embaralhamos valores, ideias, conceitos, o que termina por enfraquecer a própria força do argumento libertador que essas expressões adquiriram no curso da história. O enfraquecimento dessas palavras tem consequência prática – institucional, política, jurídica e social – quando deixam de constituir-se em expressão de valores e transformam-se em *shibboleth*¹,

palavras utilizadas para definir o politicamente correto, aquela senha que credencia o indivíduo a ser aceito em determinado grupo social.

Schopenhauer, o enraivecido filósofo do século XIX, a respeito da dignidade humana, escreveu o seguinte:

“Essa expressão, ‘dignidade humana’, proferida certa vez por Kant tornou-se, posteriormente, *shibboleth* de todos os moralistas confusos e frívolos que, por trás dessa imponente expressão, escondiam sua falta de fundamento verdadeiro da moral ou, para todos os efeitos de fundamento que tivesse qualquer significado. Contavam astuciosamente com o fato de que seus leitores se contentariam em ver-se investidos dessa ‘dignidade’ e, assim, sentir-se-iam plenamente satisfeitos.”²

Seria então o discurso da dignidade uma fachada pomposa, um mero engodo que tranquilizaria a nossa consciência? A mesma pergunta podemos fazer diante de outros *shibboleths* que pululam na cultura contemporânea: palavras que necessitam de uma fundamentação para que tenham aplicação prática e não sirvam meramente para identificar a locução de um grupo, uma senha linguística, que credencie e legitime os seus membros. Parodiando Schopenhauer, poderíamos então indagar se a expressão direitos humanos, globalização e cosmopolitismo não expressam, também, formas de *shibboleth* dos tempos modernos?

O século XX foi marcado por grandes avanços sociais e pela luta em prol dos direitos humanos. Foi o período histórico onde proliferaram tratados internacionais e legislações nacionais nas áreas civis, políticas, econômicas e culturais³, que buscaram positivar e ressaltar a necessidade do respeito aos seres humanos como condição para a própria sobrevivência da humanidade. No entanto, também foi o século durante o qual, paradoxalmente, a humanidade vivenciou

as mais violentas violações desses mesmos direitos.⁴ Durante as duas grandes guerras mundiais, populações inteiras foram dizimadas, seja nos campos de concentração nazistas e no *gulag* soviético, seja nos campos de batalha. Terminada a Segunda Guerra Mundial, guerras civis e regimes despóticos de diferentes matizes ideológicos, mesmo quando os respectivos governos consagraram em suas constituições e assinaram declarações, proclamando os direitos humanos, continuaram a prática sistemática do medo, da tortura, do assassinato, da lavagem étnica e do desrespeito cotidiano, por parte das polícias e por grupos sociais, do conjunto de direitos que se definem como os direitos humanos.

Além dessas experiências históricas, que afundaram os ideais do liberalismo e do marxismo, o século XX presenciou o desenvolvimento de uma economia mundial que produziu instabilidades econômicas e sociais interestatais e dentro dos próprios estados sem que houvesse condições de controle por parte das políticas públicas nacionais. A dinâmica dessa economia mundial produziu o crescimento de laços transnacionais, que exigiram novas formas de processos decisórios coletivos com a participação de estados, organizações intergovernamentais e grupos de pressão internacionais. Como observa David Held, o processo de globalização da economia realizou-se no contexto⁵ da expansão e intensificação dos sistemas de comunicação transnacionais, da proliferação das tecnologias militares e de armamentos – que possibilitou o estabelecimento de redes criminosas dotadas de potencial bélico, desafiadoras dos próprios estados soberanos – e do crescimento de problemas transnacionais: ameaças ao meio ambiente advindas da chuva ácida, destruição da camada de ozônio, miséria e migração de populações.

A forma de equilíbrio internacional que dominou o cenário político nas décadas seguintes ao término da Segunda Guerra Mundial – o

sistema da Guerra Fria – desintegrou-se não tendo sido substituído por forma alternativa viável de governança. Precisamente, essa fluidez político-institucional tem apontado para a necessidade da construção de uma ordem internacional baseada nos princípios da constitucionalidade e da democracia. A tradição dos debates da teoria democrática tem sido a de trabalhar com os questionamentos que surgem no âmbito do estado nacional, tendo pouco refletido na perspectiva da ordem internacional. A teoria democrática tem se ocupado, principalmente, com as estruturas partidárias, a burocracia, a fragmentação do poder, a governabilidade, o peso do estado etc., quase não analisando os fundamentos de uma nova ordem interestatal e qual o papel do estado nacional no âmbito do processo de globalização.

No clássico Tratado de Callières, *On the Manner of Negotiating with Princes*, publicado em 1716, encontra-se a ideia, também referida por Kant⁶, algumas décadas depois: devemos considerar que os estados que compõem a Europa estão ligados por todo o tipo de comércio necessário, de tal maneira que podem ser considerados como membros de uma República, e que nenhuma mudança considerável pode ser realizada em qualquer um desses estados sem afetar a condição, ou perturbar a paz de todos os outros.⁷ Kant, no parágrafo 60, da *Doutrina do Direito*, argumenta que a sociedade cosmopolita do futuro será caracterizada por uma dimensão política e por outra econômica. Essa sociedade, na concepção kantiana, que seria consequência da evolução das relações comerciais entre os povos, terá como sistema jurídico um novo tipo de direito, o denominado por Kant, direito cosmopolita, aquele que violado no território de qualquer nação, repercutirá em todo o orbe terrestre. Encontra-se implícita na teoria kantiana a tese de que a evolução do estado moderno realiza-se através de um processo de continuidade na organização político-institucional, sendo que a atividade econômica constitui-se no núcleo gerador das

mudanças nos sistemas políticos e sociais. Por essa razão, no quadro dessas continuidades históricas, ocorrem mudanças radicais na forma e na dinâmica das economias e das sociedades, consequência do avanço no conhecimento científico e de suas aplicações tecnológicas.

Tornou-se evidente diante dessas novas realidades sociais e econômicas que o cerne dos direitos humanos, o princípio da dignidade humana, em um sistema positivo do direito⁸, dissociado de valores morais, que procure unicamente na “lei nacional” a previsibilidade e a solução para todos os conflitos sociais, não seria suficiente para protegê-lo diante das diversas violações cometidas. Isso porque, as brutalidades perpetradas durante o século XX foram reguladas em leis, que compunham os ordenamentos jurídicos vigentes dos estados totalitários. Basta lembrar que os nazistas, acusados de crimes contra a humanidade, tinham como argumento de defesa a justificativa de que os seus atos resultaram do estrito cumprimento da lei, sendo os acusados apenas peças na engrenagem Estatal⁹, criada pela ordem positiva do Terceiro Reich.

2. Por uma sociedade cosmopolita

Esses fatos ensejaram uma reação internacional que, deitando as suas raízes na Declaração da Independência norte-americana de 1776 e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 da Revolução Francesa, culminou com a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, marco inicial da codificação, reconhecimento, defesa e promoção dos direitos humanos na esfera internacional. Esses documentos constituem marcos históricos na ordenação de uma possível nova ordem jurídica e política internacional.

O exame da palavra “Declaração”, desde o seu primeiro uso no século XVIII, mostra o seu significado político. A palavra inglesa *declaration* vem da palavra francesa *déclaration*, que se referia originalmente a um catálogo de terras a serem doadas, em troca do juramento de vassalagem a um senhor feudal. Ao longo do século XVIII, passou a, cada vez mais, referir-se às proclamações públicas do rei. Quando a autoridade deslocou-se das mãos dos senhores feudais para o rei, o poder de fazer declarações também mudou de mãos. Na Inglaterra, o inverso também é válido: quando os súditos queriam de seus reis a reafirmação de seus direitos, eles redigiam as suas próprias declarações. Assim, a Magna Carta (*Great Charter*) de 1215 formalizou os direitos dos barões ingleses diante do monarca; a Petição de Direitos de 1628 confirmou os “diversos Direitos e Liberdades dos Súditos”; a *Bill of Rights* de 1689 validou “os verdadeiros, antigos e indubitáveis direitos e liberdades do povo deste reino”.

Em 1776 e 1789, as palavras “carta”, “petição” e “*bill*” pareciam ser inadequadas, assim como, em 1948, para garantir direitos. “Petição” e “*bill*” implicavam um pedido a um poder superior e “carta”, um antigo documento ou escritura. “Declaração” significava a intenção, no fundo, de apoderar-se da soberania. As declarações dos súditos quando examinadas têm, entretanto, um ar retrógrado e outro, voltado para o futuro: os declarantes afirmavam estar confirmando direitos que já existiam e eram inquestionáveis, mas, ao mesmo tempo, efetuavam uma revolução na ideia e na prática da soberania e criavam, assim, uma nova forma de legitimar o governo.¹⁰

Após a Declaração de 1948, seguiram-se dois instrumentos internacionais sobre direitos humanos, adotados em 1966: a Convenção Internacional de Direitos Cívicos e Políticos e a Convenção Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.¹¹ Daí por diante, proliferaram diversos tratados internacionais que buscaram disciplinar

e salvaguardar essa categoria de direitos, com a esperança de que a inserção desses valores em textos jurídicos fosse a solução definitiva para a sua proteção e respeito.

A tentativa de disciplinar os direitos humanos através de textos dogmáticos e vagos, com objetivos genéricos a serem alcançados, permitiu a muitos estados se autodenominarem defensores desses valores, sob o argumento de que eram signatários desses tratados e que suas legislações internas contemplavam assuntos afetos aos direitos humanos, quando, entretanto, perpetravam interpretações tendenciosas sobre esse conteúdo, para justificar a sua constante violação.¹² Testemunhou-se, repetidamente, mesmo diante de todo esse aparato jurídico internacional, o constante desrespeito aos direitos humanos nos quatro cantos do planeta, muitas vezes, por aqueles que se diziam os seus maiores defensores.¹³

A constatação desse paradoxo, cada vez mais presente na história contemporânea, leva à conclusão de que enquanto os direitos humanos expressam valores inerentes aos seres humanos, o seu reconhecimento e a sua efetivação dependem do poder político Estatal, que pode assumir o papel de seu garantidor ou de seu violador. A solução para esse impasse, segundo Luhmann¹⁴, Habermas¹⁵ e Paulo Bonavides¹⁶ estaria na busca do controle e do condicionamento do poder do Estado, através da construção de sistemas jurídicos, moldados por procedimentos democráticos participativos. Isso deslocaria a origem da legitimidade do sistema jurídico, não apenas para a fonte originária da norma, expressão do voluntarismo do legislador, o que possibilita desvios e violações, mas para o próprio processo de elaboração e aplicação da norma jurídica, desde a sua gênese até as decisões finais dadas pelos juízes. Assim, os procedimentos políticos da sociedade, tais como o procedimento eleitoral, o procedimento parlamentar legislativo e o próprio processo judicial, entre outros,

formariam um quadro, uma zona de delimitação onde ocorreriam as discussões que produziriam o conjunto de regras para limitar e controlar o Poder do Estado. Dentro desse espaço procedimental democrático é que ocorreria a incorporação dos direitos humanos no ordenamento jurídico, sendo que a legitimidade dos valores que se referem à dignidade humana seria avaliada, não pelas regras jurídicas consideradas isoladamente, mas pelo procedimento democrático.

Essa argumentação, muito embora fascinante pela clareza e lógica de sua estrutura, merece uma atenta reflexão. Isso porque, acreditar na possibilidade da construção dos valores consagrados pelos direitos humanos somente dentro dos procedimentos democráticos participativos, seria negar a possibilidade da existência de valores substanciais (universais), que possam existir e serem reconhecidos independentemente do acolhimento ou aceite dos sistemas jurídicos, sejam eles construídos de forma democrática ou não. Assim, por exemplo, o procedimento democrático não poderá consagrar juridicamente a escravidão sem violar o reconhecimento universal da dignidade humana, que não admite a equiparação do homem a um objeto. Os próprios defensores da legitimação pelo procedimento admitem que os conteúdos desenvolvidos dentro de um quadro político deliberativo, pressupõem valores morais mínimos, condições indispensáveis para a construção do estado democrático de direito.

Ora, quais seriam os valores mínimos que serviriam para o desenvolvimento da democracia participativa? Nada mais são do que uma espécie de direito fora da ordem positiva, suprapositivo, que tem no seu bojo componentes morais, sociais, políticos e até econômicos, que salvaguardam as condições essenciais mínimas, constitutivas da dignidade da pessoa humana. Esse entendimento dos direitos humanos, como valores substanciais e universais permite que se estabeleça a ligação, tantas vezes negada pelas diferentes formas de positivismo jurídico, entre a ordem moral, estabelecida pela vontade autônoma de

agentes livres e iguais, e a ordem jurídica própria da sociedade e do Estado. Com isto, os direitos humanos adquirem o *status* de direitos morais, que perpassam os ordenamentos jurídicos nacionais e permite que sejam considerados como a espinha dorsal jurídico-institucional da sociedade democrática.

Dessa problemática resulta um segundo desdobramento que diz respeito aos países que, por não terem assinado os tratados internacionais sobre direitos humanos, resistem à ideia de reconhecer os direitos humanos como valores a serem respeitados e acolhidos, quando não previstos em suas ordens jurídicas nacionais. Negam a obrigatoriedade da observância dos valores afetos à dignidade humana, sob o argumento de que a sua soberania não os obriga a reconhecer uma categoria de direitos que possam se sobrepor ou tenham que ser observados por sua legislação interna. Defendem que não existem valores mínimos semelhantes em todas as culturas, pois eles são mutáveis no tempo e no espaço e a diversidade cultural não permite a definição de direitos com pretensão universal.¹⁷ Essa argumentação não se sustenta, no entanto, diante da constatação de que os direitos humanos são direitos inatos, pautados em valores morais que se identificam como imprescindíveis para uma vida digna, e, portanto, conferidos aos indivíduos pelo simples fato de serem seres humanos, independentemente da cultura, crença, sexo, cor e raça. Nesse sentido, pode-se afirmar que os direitos humanos adquirem e expressam uma universalidade, tanto do ponto de vista moral quanto do ponto de vista jurídico.

A afirmação e sistematização dos direitos humanos realizaram-se em etapas durante os dois últimos séculos, mas não asseguraram o seu respeito por estados, grupos sociais e indivíduos. As duas grandes guerras, as experiências totalitárias e a violação sistemática dos direitos humanos, que nos referimos acima, durante o século XX, podem levar a uma conclusão precipitada no sentido de que a sua

utilização, como instrumento de proteção dos valores fundamentais da pessoa, é uma ideia utópica e impraticável. Contudo, a história contemporânea evidencia como os direitos humanos têm sido usados como argumento de legitimação das lutas contra a opressão política, a desigualdade social, o racismo e a exclusão social, em diferentes sociedades. Os excluídos sociais, políticos, econômicos e religiosos, combatem em diversos países a posição majoritária e buscam a legitimação dos seus discursos nos direitos humanos, que expressariam direitos supraleais, fundados em valores e princípios de justiça.¹⁸

Os valores básicos defendidos a partir da inconformidade e do instinto de defesa inatos ao ser humano, quando atingidos em sua dignidade, encontram-se acima de qualquer ordem jurídica, social ou religiosa, e tornam-se o nutriente maior do florescimento da ideia dos direitos humanos, como categorias universais. Isso não quer dizer que a estrutura Estatal e o seu respectivo ordenamento jurídico positivo não tenham utilidade ou importância para esses valores. Ao contrário, o desenvolvimento dos direitos humanos serve como base crítica para o aperfeiçoamento das ordens jurídicas, em todas as esferas, formando com estas um sistema interdependente.

A concretização desse ideal, contudo, exige, por sua própria natureza de ser antes de tudo, um argumento moral e político, a modelagem de uma reflexão teórica, que muitas vezes é considerada desnecessária pelos juristas. Esse referencial teórico contribuirá para delimitar não só a extensão e a fundamentação dos direitos humanos, mas também justificar as suas fontes, a sua efetividade frente aos Estados soberanos e de que forma podem servir como espinha dorsal do sistema jurídico de uma sociedade globalizada, multicultural, pluralista e dinâmica. Em última análise, uma sociedade cosmopolita. Qual, então, a importância e função dos direitos humanos no quadro do processo de globalização do século XXI?

3. Globalização e Direitos Humanos

A palavra “globalização” é outra palavra empregada de modo abrangente para significar diferentes aspectos de fenômenos sociais, políticos, econômicos e culturais, muitas vezes correlatos, outras tantas ocorrendo de forma concomitante e excludente, mas que, no processo histórico, guardam a sua autonomia. O emprego da expressão vem muitas vezes associado a julgamentos valorativos, sejam positivos ou negativos, a respeito da forma globalizada como ocorrem as relações intersubjetivas, intergrupais e interestatais na contemporaneidade. O termo “globalização” tem sido também associado a uma justificativa ideológica, que após a queda do Muro de Berlim, procura demonstrar a superioridade e inevitabilidade da Pax Americana no planeta. Nesse caso, a palavra traz consigo uma conotação valorativa e consensual sobre as qualidades intrínsecas do modelo político e econômico norte-americano, que representaria o estágio mais elaborado e aperfeiçoado da democracia liberal. O emprego da expressão, por uma forma específica de ideologia e sistema político, contribui como procuraremos demonstrar, para dificultar a avaliação ponderada do fenômeno.

Em virtude, precisamente, do emprego abrangente da palavra “globalização” e de suas referências político-ideológicas, corre-se o risco de não se analisar de forma consistente esse fenômeno. Por via de consequência, encontramos-nos na impossibilidade de formular políticas públicas, que respondam aos desafios sociais e econômicos com que se defrontam as sociedades democráticas no limiar do século XXI. Essa nova e complexa problemática rejeita certezas absolutas, impossíveis de serem normatizadas através das categorias clássicas do direito liberal, e exige que se realize uma reflexão crítica e teórica a respeito da fundamentação de um modelo político e de um sistema

jurídico que possam resolver as tensões políticas e sociais da sociedade tecnocientífica contemporânea.

Deixando de lado o fato de que podemos conceituar a globalização em função de suas repercussões em cada tipo de atividade – assim, por exemplo, teríamos uma globalização econômica, outra cultural ou social e, ainda, uma política – torna-se necessário identificar, em suas diversas manifestações particulares, quais as características comuns do processo, para que se possa definir uma teoria político-institucional da globalização. Teoria essa que possibilite a construção de uma sociedade cosmopolita, calcada nos direitos humanos. A qualidade dessa teoria é que irá assegurar a elaboração de um modelo político-institucional aberto e sensível aos fatores e forças sociais e econômicas, atuantes no processo, que muitas vezes tornam-se fonte de conflito entre os ideais da globalização, do direito cosmopolítico e dos direitos humanos, de um lado, e a distorção a que esses ideais são submetidos na prática de políticas públicas e por diferentes governos.

Distingue-se no processo de globalização, independente do espaço social em que se objetive, dois fenômenos distintos, que ocorrem simultaneamente, mas que provocam resultados diferenciados: o primeiro deles, acontece em função da transformação das cadeias de atividade econômica, social e política, que deixaram de ser nacionais, ganhando dimensões inter-regionais e intercontinentais, mas, por outro lado, a globalização remete, também, à constatação de que existe uma intensificação e mudança na natureza dos níveis de interação e interconexão dentro dos próprios sistemas políticos nacionais, no âmbito da interestatalidade e das conexões entre sociedades e culturas.¹⁹

Pode-se adiantar, portanto, que a globalização não é um processo linear, que se desenvolve através de etapas e momentos previsíveis e

explicáveis em virtude de relações de causa e efeito; trata-se de um fenômeno multidimensional, dotado de alto grau de complexidade, que envolve diversos domínios da atividade e da interação humana, exigindo por isso uma sofisticada teoria para o seu entendimento e, em consequência, para a formulação de políticas públicas que contemplem os diferentes agentes do processo e atendam a novas demandas sociais, políticas e econômicas.

A avaliação crítica da globalização necessita de procedimentos heurísticos, que transitem por esses blocos temáticos, anteriormente referidos. Nesses blocos organizam-se diferentes tipos de atividades que ocorrem na globalização: a atividade econômica, política, tecnológica, militar, jurídica, cultural e ambiental. Essas atividades têm cada uma de *per se* peculiaridades próprias, todas elas refletindo o conhecimento e as técnicas de uma civilização tecnocientífica. Nesse sentido, o processo de globalização reúne em sua diversidade os resultados práticos da pesquisa científica sob a forma das modernas tecnologias, determinantes na modulação das novas formas de produção e que, em consequência, exigem também novas formas de categorias e sistemas jurídicos.

Talvez a questão central com que se defronte a globalização, ao lado da constatação de que o fato científico e tecnológico constituem o motor propulsor do processo de evolução da sociedade, resida na necessária análise e ponderação dos diferentes níveis de acesso ao poder, e de sua regulação, entendido o poder como sendo, na definição de Thomas Hobbes, o conjunto de meios atuais para que se possa obter algum bem aparente de futuro.²⁰ As dificuldades oriundas do processo de globalização residem, em primeiro lugar, no fato de que se trata de um processo onde as relações entre os diversos agentes ocorrem no quadro de uma hierarquia, que estabelece situações assimétricas, tanto no acesso às redes globais quanto na distribuição de infraestruturas

sociais e econômicas. Esse tipo de sistema assimétrico produz, em consequência, efeitos socialmente nefastos, alimentando, assim, as mais acerbadas críticas ao processo de globalização.

De um lado, o processo conduz a relações de poder desiguais e, em função dessa desigualdade, permeia a sociedade com ideais de consumo somente acessíveis a poucos; ao mesmo tempo, para produzir esses benefícios, aprofunda os níveis de desigualdade econômica e exclusão social, afetando a qualidade de vida de todos, inclusive dos que mais se beneficiam do processo. Esse paradoxal efeito dos avanços tecnológicos e do incremento da desigualdade vai redundar naquilo que os sociólogos denominam sociedade de risco, que coloca em questão o papel e a situação do indivíduo na sociedade tecnocientífica.

Dentro desses blocos temáticos, que se referem aos tipos de atividade e interação encontrados na globalização, surgem novos tipos de desafios e perplexidades. A economia que foi o âmbito da atividade humana onde se manifestou os primeiros indícios da globalização implica em relações múltiplas e complexas, que se desenvolvem no comércio, nas finanças, nas empresas multinacionais, na indústria cultural e no meio ambiente. No seio do próprio sistema econômico vamos constatar contradições que evidenciam um sistema ainda embrionário, apesar de extremamente poderoso e imprevisível. Enquanto as relações comerciais levaram as economias nacionais a uma feroz concorrência, o sistema financeiro, a partir da liberalização dos mercados de capitais, no início da década de 1980, presenciou o surgimento do mais integrado sistema de que se tem notícia na história da humanidade. A crise de 2008 e suas consequências mundiais mostraram em toda a sua extensão como o sistema econômico e financeiro tornou-se descontrolado e evidenciou a ausência de uma ordem moral, política e jurídica reguladora.

A prática de políticas próprias, independentes da vontade política das comunidades dentro das quais atuam, fez com que as empresas multinacionais trouxessem para a cena político-institucional, fatores de desestabilização, quando “a autonomia de governos eleitos democraticamente tem sido, e de forma crescente, constrangida por fontes do poder econômico, não eleitas e sem representatividade”.²¹ Encontra-se, assim, em crise, nesse processo, uma das conquistas mais significativas da cultura política dos últimos dois séculos: os direitos humanos como cerne do sistema político-institucional e, especificamente, a representação política, como fonte legitimadora da lei e do exercício efetivo do poder.

A indústria cultural, por sua vez, expressa por vias próprias as mesmas características dos demais instrumentos de globalização. A transnacionalização dos sistemas de televisão e cinematográfico tende a uma homogeneização de padrões e valores culturais, ainda que haja uma crescente reação de culturas locais a essa tendência. É o caso, por exemplo, do renascimento do interesse das novas gerações por manifestações artísticas e culturais tradicionais, específicas de comunidades, em face da pasteurização imposta pelos grandes sistemas de comunicação. Observa-se, também, o aparecimento dentro do próprio sistema da Internet de uma individualização crescente no acesso à informação e à comunicação. Entretanto, esse sistema, que caminha para tornar-se propriedade de oligopólios – um dos instrumentos econômicos e jurídicos da globalização – tem sido o veículo de circulação de ideias e valores, que por sua própria natureza levam o usuário a contestarem as tentativas de controle político da comunicação globalizada.

Veja-se, por exemplo, as possíveis consequências, para além de considerações de caráter moral, da aceitação pelos grandes provedores da atualidade – Microsoft, Google e Yahoo – das exigências do governo chinês em controlar o acesso dos usuários ao sistema de Internet. A

concordância com a censura chinesa, que do ponto de vista moral evidencia a preponderância dos interesses econômicos sobre os valores da liberdade e livre circulação das ideias, pode no contexto da globalização produzir um efeito contrário ao pretendido pelo governo chinês. A natureza do sistema da Internet propicia canais de comunicação e informação que, certamente, terminarão por sobrepor-se à vã tentativa de controle político por parte das autoridades chinesas.

O meio ambiente constitui, também, uma outra área de atividades e inter-relações onde se delineiam novos tipos de organização dentro do processo de globalização. O aquecimento global, o esvaziamento da camada de ozônio, junto com a expansão demográfica e a poluição constituem o espaço pelo qual transitam forças econômicas, financeiras e políticas descontroladas. Conferências internacionais, como a do Rio de Janeiro, em 1992, e organizações culturais, científicas e de defesa do meio ambiente têm submetido governos e empresas a crescentes procedimentos de constrangimento e controle.

Outro tipo de atividade característica da globalização tem a ver com o Direito. Precisamente, porque o estado nacional soberano encontra-se submetido a diferentes influências culturais, políticas e econômicas, o Direito que dele emana, como manifestação de sua vontade política, sofre no processo uma mudança radical. A legislação do comércio internacional, da exploração e ocupação do espaço, da exploração dos oceanos e das reservas silvícolas são exemplos de como a outrora autônoma vontade estatal encontra-se hoje limitada por acordos e organizações internacionais. O *locus* do poder real deslocou-se, por sua vez, no âmbito interno do estado nacional, do poder executivo para diferentes tipos de agências a nível nacional, regional e internacional, que procuram adequar os sistemas nacionais às exigências reguladoras da globalização.

Trata-se, assim, da constatação de que a soberania, como concebida pela tradição clássica do pensamento político e jurídico, encontra-se questionada por uma rede de novos desafios. Surgem os desafios encontrados na área da ecologia, da complexidade tecnológica crescente do desenvolvimento e de suas consequências sociais, do aprofundamento do fosso entre nações ricas e pobres, das correntes migratórias, internas aos próprios países e entre países, diante dos quais as respostas convencionais encontradas no estado liberal e no direito clássico têm sido insuficientes.

Quando analisamos os temas centrais desses novos desafios, verificamos que o esvaziamento das possibilidades reais do estado soberano deve-se mais ao aparecimento das demandas valorativas, que têm a ver com a própria sobrevivência da humanidade no quadro da globalização. Existem bens comuns da humanidade, como a saúde, o bem-estar, a alimentação, a habitação, que no quadro da soberania clássica terminaram por ficarem prisioneiros de um aparelho estatal, dependente do próprio processo de globalização. Esses bens almejados e disputados por populações inteiras, excluídas de seus benefícios, transformam-se de forma crescente em causa para o aumento de pressões políticas sobre os estados nacionais.

O estado nacional situa-se como parte de um sistema global e regional, complexo e com diferentes níveis, estando submetido a diferentes tipos de pressões. Ainda que esse sistema global não tenha subvertido a sua autoridade política, modifica, entretanto, a natureza de sua autonomia e soberania. Constata-se, assim, que as relações objetivas de poder, que ocorrem no processo de globalização, contribuíram para a instauração de um sistema internacional, que representa o contraponto moderno e secular da organização política medieval, caracterizada pela superposição de autoridades e lealdades divididas, entre o monarca e a Igreja. No passado, essa lealdade dividida obri-

gava a uma fidelidade dupla, ao senhor e à Igreja; na atualidade, a fidelidade volta-se para a empresa multinacional e o Estado-Nação.

4. Conclusão

O levantamento sobre a problemática dos direitos humanos no mundo globalizado, da forma como foi desenvolvida no presente texto, talvez permita a formulação de algumas hipóteses sobre o surgimento, desenvolvimento, crise e rumo dessa importante categoria moral e jurídica no mundo atual.

Restou claro que os direitos humanos, apesar da controvérsia teórica, podem ser concebidos como categoria moral, formada por valores relacionados à dignidade humana. Também ficou evidente que, embora qualificados como supraleais, por existirem independentemente do reconhecimento jurídico dos estados, a sua efetivação e garantia dependem da incorporação de seus valores aos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais, de forma a comprometer os centros de poder.

Nos contextos político e social, os direitos humanos têm atuado como instrumento de influência e até mesmo legitimação das ordens jurídicas modernas, que são avaliadas como democráticas ou não, conforme o grau de proteção e garantia que dispensam a essa categoria de direitos. Todavia, ficou também manifesto que a simples criação de regras jurídicas sobre os direitos humanos, por si só, não é suficiente para a sua proteção. Deve-se recordar, mais uma vez, que o século XX, foi marcado como o período histórico onde mais proliferaram tratados internacionais e legislações nacionais sobre o assunto e, paradoxalmente, foi também a época em que mais os direitos humanos sofreram as mais horrendas violações.

O quadro se problematiza ainda mais quando se verifica que os padrões políticos e sociais no mundo todo estão em rápida transformação, em razão do fenômeno da globalização, uma vez que ela diminuiu drasticamente a autonomia e poder dos estados, gerando, em nome da formação de um capital internacional, desigualdades sociais, miséria e pobreza nos quatro quadrantes do planeta. Esse fato leva a conclusão de que não será suficiente somente condicionar e limitar os Estados para garantir-se o respeito e proteção aos direitos humanos.

A realidade mostra que a efetivação dos direitos humanos não é uma tarefa simples. Ela reclama uma nova construção teórica que possa estabelecer os contornos necessários para sua observância no contexto social complexo e paradoxal do século XXI. Para tanto, necessário se fará redefinir não só a sua extensão e fundamentação, mas também as suas fontes e, principalmente, a forma como serão garantidos frente aos diferentes tipos de estados e culturas e como se incluirão no conjunto de valores sociais, numa sociedade globalizada, multicultural, dinâmica e que está em constante transformação.

A teoria e a prática dos direitos humanos constituem no contexto do processo de globalização o referencial moral, político e jurídico que permitirá “pensar o múltiplo”, como argumenta Delmas-Marty²² (1998), em sua tríplice dimensão: no momento da prescrição, no estágio da interpretação e no processo de legitimação. Os direitos humanos, mais do que declarações gerais de valores da pessoa humana, representam uma ruptura com um sistema onde o direito era expressão da simples vontade de arbítrio. Na sociedade complexa e heterogênea do século XXI, onde coexistem diferentes tipos de sistemas normativos, os direitos humanos adquirem uma intensidade normativa que não se reduz a influenciar e moldar a consciência jurídica, mas obriga diretamente as escolhas do legislador e a decisão do juiz.

Em última análise, a sociedade tecnocientífica contemporânea aponta para a necessidade de um “direito dos direitos humanos”, referida por Delmas-Marty²³. Trata-se nessa perspectiva mais do que um conjunto de normas positivadas através de instituições nacionais e internacionais, que expressam um conjunto de valores, objetivados juridicamente, e que perpassam as diversas ordens jurídicas nacionais. Os direitos humanos podem ser considerados como o eixo moral e jurídico, em função do qual a sociedade tecnocientífica irá encontrar uma unidade política e social no espectro da sua diversidade. Supera-se dessa forma a “comunidade involuntária de risco”²⁴, risco corrido por todos, e pode-se, talvez, construir uma sociedade cosmopolita, como antevista, por Kant, no final do século XVIII. E, assim entendidos, os direitos humanos poderão ser mais do que um *shibboleth*.

Notas

1 – Palavra hebraica que significa espiga. A *Bíblia* (Juízes 12-15) narra a luta entre Efraim, fundador da tribo dos efraimitas, e Jeftá de Gelead, da tribo Manassé. Na luta, Gelead sai vencedor e para identificar os efraimitas pedia que pronunciassem a palavra *shibboleth*. Os efraimitas pronunciavam *shibboleth* sem chiado, enquanto os partidários de Gelead pronunciavam *shibboleth*, chiando no “*sh*”. Com isto, os vencedores podiam identificar os efraimitas, seus inimigos, e, conta a *Bíblia* (Juízes 12:1-15) mataram cerca de 42 mil defensores de Efraim, que procuravam, depois de derrotados, atravessar o rio Jordão. Na linguística moderna, a palavra significa qualquer traço de pronúncia que permita identificar um grupo social.

2 – SCHOPENHAUER, A. *On the Basis of Morality*. Indianápolis: Hackett, 1965, p. 100.

- 3 – BARRETTO, Vicente de Paulo. Os fundamentos éticos dos direitos humanos. *Revista de Direito Comparado*, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 343, 1998.
- 4 – HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos – O breve século XX*. Tradução de Marcos Santa Rita. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 56-60.
- 5 – HELD, David. *Democracy and the Global Order*. Cambridge: Polity Press, VIII, 1996.
- 6 – KANT, Emmanuel. *La Doctrine Du Droit*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, §62, 1971.
- 7 – CALLIÈRES, F. *On the Manner of Negotiating with Princes*. Tradução A. F. Whyte. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1963.
- 8 – KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução de João Baptista Machado. 4. ed. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1976. p. 57.
- 9 – ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 100-101.
- 10 – HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 114-115.
- 11 – CHACON, Mário Pena; CRUZ, Ingrid Fournier. Derechos Humanos y Medio Ambiente. *Revista de Direito Ambiental*. [S.l.], n. 39, ano 10, p. 193, jul./set., 2005.
- 12 – O'DONNELL, Guillermo. Poliarquia e a (In)efetividade da Lei na América Latina. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 51, p. 48, 1998.
- 13 – GALEANO, Eduardo. *De pernas para o ar: A Escola do Mundo ao Avesso*. Tradução de Sérgio Faraco. 8. ed. Porto Alegre: L&PM, 1999. p. 07.

- 14 – LUHMANN, Niklas. *A legitimação pelo procedimento*. Brasília: Unb, 1980. p. 51-113.
- 15 – HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. In: _____. *A inclusão do outro*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 284-292.
- 16 – BONAVIDES, Paulo. *Teoria da democracia participativa*. São Paulo: Malheiros. 2. ed. 2003. p. 326.
- 17 – BOOTH, Ken. Three Tyrannies. In: DUNNE, Tim; WHEELER, Nicholas J. *Human Rights in Global Politics*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1999. p. 37.
- 18 – FERNANDEZ, Eusébio. *Teoria de la Justicia y Derechos Humanos*. Madrid: Debate, 1991. p. 42.
- 19 – HELD, David. Democracy and Globalization. In: *Re-imagining Political Community*. Ed. Archibugi, Daniele Stanford, Held, David and Köhler, Martin. Stanford: Stanford University Press, 1998. p. 13.
- 20 – HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Livro I, cap. 10.
- 21 – HELD, ob cit., p. 18.
- 22 – DELMAS-MARTY, Mireille. *Trois défis pour un droit mondial*. Paris: Seuil, 1998.
- 23 – DELMAS-MARTY, Mireille. *Pour un droit commun*. Paris: Seuil, 1994. p. 172.
- 24 – HABERMAS, Jürgen. *La Paix perpétuelle, le bicentenaire d'une idée*. Tradução Rainer Rochlitz. Paris: [s.n.], 1996. p. 74.

Comunicação, transporte aéreo e turismo: vetores importantes de desenvolvimento

Maurício Dinepi
Economista e Publicitário

Esta apresentação objetiva focalizar três setores de atividade responsáveis, cada um deles, por incrementar no seu conjunto, parte importante do desenvolvimento do país: comunicação, transporte aéreo e o turismo. Em comum, elas têm tarefas distintas, mas que se complementam.

A primeira – a Comunicação – desempenha o fundamental papel de disseminadora, com a função de divulgar notícias em geral, levando ao público o que se passa e acontece em todos os setores de atividade do país e do mundo, entre eles programas relativos ao lazer, as viagens e o turismo; o Transporte Aéreo, num país como o Brasil, cujas dimensões continentais coloca nas asas dos aviões a responsabilidade de oferecer aos negócios e às transações a velocidade requerida no mundo moderno, tem também a função de transportar os usuários em viagens de turismo e lazer; e o Turismo, que transforma toda essa engrenagem na realização dos sonhos e desejos dos cidadãos, que lotam os hotéis, viabilizam o setor de serviços e contribuem para a geração de emprego e renda dos locais visitados, produzindo riqueza.

Aspecto comum entre esses três vetores do desenvolvimento é que nenhuma indústria no Brasil passou por tantas transformações nos últimos anos quanto a Comunicação, o Transporte Aéreo e o Turismo.

Por diferentes razões, várias dessas intervenções trouxeram pouquíssimos benefícios para os empresários, para os leitores, usuários do transporte aéreo, para os hoteleiros e os turistas, mas com certeza, na grande maioria dos casos, prejudicaram e enfraqueceram as empresas que se viram obrigadas a recorrer a uma série de ações para sobreviver, terminando por se envolver numa concorrência interna predatória que só trouxe prejuízos.

O que pretendemos com essa palestra é mostrar as coincidências entre esses três importantes pilares de desenvolvimento, fundamentais para o Brasil e para os brasileiros.

Os dados aqui expostos foram extraídos de pesquisas e análises de especialistas e entidades representativas desses setores, aos quais agregamos o nosso conhecimento e as nossas observações acumuladas durante os mais de 50 anos vividos na indústria da comunicação.

O que desejamos é expor fatos e mostrar a importância do fortalecimento de cada um desses setores para a economia.

Comunicação

Antes de mostrarmos algumas razões que levaram o fechamento de importantes veículos de comunicação, muitos deles principalmente por questões econômicas, é preciso enfatizar que o processo de comunicação, seja lá qual for, é uma via de duas mãos. É uma questão de reciprocidade, de cumplicidade e comprometimento mútuo. Para

que ele se realize é necessário que emissor e receptor acreditem um no outro.

Credibilidade

A grosso modo, é mais ou menos como a liderança, que não se conquista por decreto ou pirotécnicas ações de *marketing*. Quando isso não acontece, jornais perdem leitores; emissoras de rádio, ouvintes; e os canais de televisão perdem telespectadores e, assim, por diante.

Esse fenômeno tem acontecido com bastante frequência, sendo também o motivo do fechamento de vários veículos de comunicação. Prova disso basta citar números do levantamento recente pelo Poder 360, com informações do VoltLab e Meio&Mensagem, que mostra que três jornais e cerca de 30 revistas fecharam as portas e deixaram de circular em 2018.

Negócios nas mídias em 2018

Jornais

- *Diário de São Paulo* (falência decretada pela justiça)
- *A Cidade* (Ribeirão Preto-SP)
- O jornal *Gazeta de Alagoas*

Passaram para a produção *online*

Motivo: busca de melhor equilíbrio nas finanças

Revistas

- A versão brasileira da revista *Rolling Stone* deixou de circular a edição impressa em maio de 2018.
- A Editora Escala, encerrou a produção de 15 títulos em agosto deste ano, umas se fundiram e outras foram realmente descontinuadas.
- A editora Caras encerrou a versão impressa da *Revista Con-tigo* e fechou as atividades da *Revista Recreio* e outras quatro revistas foram vendidas.
- Um dos maiores conglomerados de comunicação do Brasil, vendido em 2018, o Grupo Abril encerrou a circulação de 12 revistas, permanecendo apenas: *Veja*, *Super Interessante*, *Cláudia*, *Quatro Rodas*, *Exame*, *Saúde*, *Placar*, *Você RH* e *Você S/A*.

Televisão

- A Fundação Cásper Líbero encerrou os quadros de notícia da TV Gazeta, mantendo apenas o programa de notícias das 19h. Todos os demais foram retirados da programação.

Toda essa movimentação resultou na demissão de mais de 7.500 profissionais.

Fonte: Dados retirados do levantamento feito pelo Poder360, com informações do VoltLab e Meio&Mensagem.

Para mostrar que esse não é um privilégio apenas brasileiro, nos Estados Unidos mais de 1800 jornais impressos deixaram de circular entre 2004 e 2018. Eles não suportaram a investida de grandes jornais.

Sobre esse tema, no último dia cinco de julho, o jornal *Valor Econômico* publicou matéria assinada pelo jornalista Matias Molina, que mostra depoimento de Jill Abramson, ex-editora chefe do *The New York Times*.

Ela afirma que:

“o panorama da mídia americana também é desolador. Por enquanto, apenas meios tradicionais de grande prestígio, qualidade e alcance como o *Times* e o *Post*, publicações de negócios como o *Financial Times*, *The Wall Street Journal*, *The Economist*, ou empreendimentos digitais com informação relevante como *Político*, *The Atlantic*, *Slate* e *Business Insider* podem enfrentar o futuro com confiança.”

A verdade é que os novos *smartphones* deixaram para trás a primitiva função de fazer e receber ligação para se transformarem em modernas centrais de negócios e de entretenimento. Pode-se fazer tudo com eles. Desde enviar e receber um simples *e-mail*, fechar um contrato milionário, fazer pesquisas, ler jornais e revistas brasileiras e estrangeiras, ver filmes, novelas e até namorar...

Outros estudiosos dizem que não é apenas por isso. Falam em crise econômica, controle dos veículos por grupos políticos e ao desinteresse dos jovens pela leitura de jornais e tantos outros argumentos.

Transporte aéreo

O transporte aéreo, como atividade econômica e geradora de empregos de alto nível e de grande especialização, é muito dependente da expectativa de progresso e desenvolvimento, em particular num país como o Brasil, cujas dimensões continentais coloca nas asas dos

aviões a responsabilidade de oferecer aos negócios e às transações a velocidade requerida no mundo moderno altamente competitivo e que nenhum outro modal de transporte pode proporcionar. Portanto, o transporte aéreo é essencial para a infraestrutura de qualquer nação.

O transporte aéreo, como atividade econômica, mudou a forma de agir e de pensar de toda a humanidade. Segundo dados colhidos em publicações especializadas, o impacto econômico na aviação constitui-se num dos maiores negócios integrado, mostrando números impressionantes:

- O transporte aéreo global gera 65,5 milhões de empregos e US\$2,7 trilhões em atividades econômicas mundiais.
- Mais de 10 milhões de homens e mulheres trabalhando no setor para garantir a segurança de mais de 120 mil voos e 12 milhões de passageiros por dia.
- A cadeia de suprimentos em geral, os impactos constantes e os empregos no setor de turismo possibilitados pelo transporte aéreo mostram que 3,6% da atividade econômica global têm o apoio da indústria do transporte aéreo.
- O transporte aéreo é responsável por cerca de 35% do comércio mundial em valor (US\$6,0 trilhões em 2017).
- O crescimento do transporte aéreo ajudará a gerar cerca de 97,8 milhões de empregos e US\$5,7 trilhões em atividades econômicas em 2036.
- Números do setor: ainda de acordo com a publicação (Air Transport Action Group – ATAG), mais de 1.300 companhias aéreas operam mais de 31.700 aeronaves em 45 mil

rotas entre 3.759 aeroportos no espaço aéreo gerenciado por 170 prestadores de serviços de navegação aérea.

- Constitui-se no maior (ou num dos maiores) exportador, produzindo expressivos resultados positivos nas contas do comércio exterior de todas as nações.
- Mais de dois bilhões de passageiros foram transportados no ano passado.
- No Brasil, de acordo com dados do relatório Demanda e Oferta do Transporte Aéreo divulgado em janeiro pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), no ano passado, as empresas aéreas brasileiras transportaram mais de 103 milhões de passageiros pagos em voos domésticos e internacionais.
- Segundo a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) o número de empregos estimados na aviação comercial brasileira chega a 60 mil, o que equivale a mais de 1,3 bilhão em salários.

O momento, mais do que nunca, requer olhos voltados para o futuro e se confia que, com a participação aberta da sociedade, novos caminhos possam ser pavimentados e novos níveis de atividade econômica setorial sejam conseguidos em benefício dos milhões de passageiros e também dos milhões de profissionais que trabalham num setor capaz de gerar empregos de alto nível de qualificação e especialização. E sua integração com o Turismo é fundamental.

A indústria do turismo

Um dos importantes vetores da Indústria do Turismo é a sua capacidade de impulsionar a circulação de riquezas, contribuindo de forma rápida para a criação e a manutenção de emprego e renda, além da função social e cultural de aproximar os povos e facilitar o intercâmbio de informações entre grupos culturais distintos.

Não é sem razão que é um dos segmentos que mais cresce no mundo, de acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT). O turismo mundial superou as expectativas de crescimento em 2017, com 1,3 bilhão de viajantes internacionais, o que significa um aumento de 7% com relação a 2016, o mais alto em 7 anos, segundo informação da OMT. A expectativa é que em 2030, as viagens internacionais totalizem 1,8 bilhão.

Em 2018 o Brasil recebeu 6,62 milhões de turistas estrangeiros. Em 2017, o número ficou praticamente no mesmo patamar, com 6,59 milhões de visitas registradas. A boa notícia é que os índices de satisfação de quem passou por aqui no ano passado foram altos, chegando a quase 90%. Os dados são do Ministério do Turismo.

No momento em que o Brasil confere ao turismo novo tratamento, faz-se necessário um olhar crítico sobre os diferentes aspectos dessa atividade.

De acordo com especialistas do setor, inclusive da própria Embratur, o desenvolvimento turístico deverá estar alicerçado em alguns pontos importantes:

- Custo relativamente mais baixo por emprego gerado em comparação com outros setores.

- Capacidade de ocupação para o mais amplo espectro da sociedade, podendo acomodar diversos extratos da sociedade civil.
- O extraordinário estoque de atrativos a serem explorados no país que tem um dos mais ricos potenciais turísticos do mundo.
- O turismo pode ser um poderoso exportador de serviços, internalizador de divisas e, ao mesmo tempo, gerar empregos.
- O turismo pode, também, ser uma atividade altamente distribuidora de renda e capaz de gerar riqueza nos lugares mais pobres do país, onde não há vocação para outros setores, mas que são dotados de surpreendentes belezas naturais.

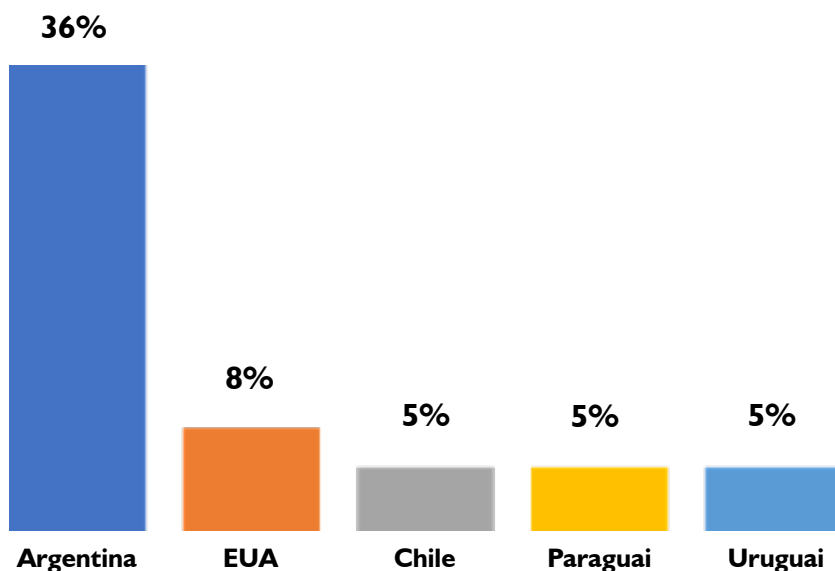
Além disso, é oportuno considerar que o setor de turismo engloba atividades que têm forte vinculação com a dimensão cultural, com o patrimônio natural, incluindo bens públicos materiais e imateriais, além de estar fortemente vinculado aos valores e elementos que representam a identidade de uma região ou localidade. Tanto os elementos da gastronomia, da hospitalidade, do artesanato, das festas populares, quanto às demais expressões da identidade cultural local devem ser fortemente valorizados numa estratégia de consolidação dos destinos turísticos dentro dos arranjos produtivos locais, definição adotada pelo SEBRAE para caracterizar os destinos ou roteiros turísticos.

Turismo no Brasil em 2018

- Contribuição do Turismo ao PIB de US\$152,5 bilhões (8,1%).

- PIB Turístico cresceu 3,1%, uma das mais elevadas altas na América do Sul.
- 6,9 milhões de empregos.
- O forte crescimento em gasto internacional é respaldado pelo novo visto eletrônico oferecido a Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão.
- US\$ 6,2 bilhões aportados em 2018 pelos gastos de estrangeiros, 12,8% de alta contra 2017.
- Lazer 88% e negócios 12%.

Principais mercados internacionais 2015-2017



Fonte: WTTC (Conselho Mundial de Viagens e Turismo)

Os números do turismo são sempre expressivos e grandiosos. De acordo com o Ministério do Turismo, o mercado de eventos, congressos e convenções chegou a movimentar R\$200 bilhões na economia antes da recessão. Apenas as viagens corporativas são responsáveis por R\$87 bilhões anuais. Já de acordo com números da Academia Brasileira de Eventos e Turismo (ABEOC) a expectativa de crescimento é de 15% até dezembro. No ano passado, o setor cresceu mais de 8%, mesmo com a crise, e movimentou mais de R\$20 bilhões apenas com passagens aéreas, diárias de hotéis, locação de veículos e serviços.

- US\$ 8,8 trilhões injetados na economia.
- 3,9% de crescimento contra 3,2% do PIB global.
- 10,4% das atividades globais.
- 319 milhões de empregos, um a cada dez praças laborais.
- Um em cada cinco novos empregos gerados nos últimos cinco anos.
- Segundo setor de maior crescimento, atrás apenas de manufaturas (+4%), mas à frente de importantes segmentos como Cuidados de Saúde (+3,1%), Tecnologias da Informação (+1,7%) e Serviços Financeiros (+1,7%).
- Aumento na participação com gastos de lazer para 78,5% (acima dos 77,5% em 2017), o que significa que 21,5% foram das viagens corporativas e negócios.
- Aumento de gastos de turistas internacionais a 28,8%, frente a 27,3% em 2017.

- Isso significa que 71,2% provêm dos gastos em viagens domésticas.

De acordo com Glória Guevara, presidente da WTTC, 2018 foi mais um ano de forte crescimento para o setor, o que reforça sua lista de impulsor de crescimento econômico e criação de empregos. Pelo oitavo ano consecutivo, o setor superou a expansão na economia global mais ampla, e registrou o segundo maior crescimento de qualquer setor do mundo.

Fonte: WTTC (Conselho Mundial de Viagens e Turismo).

Apesar desses números grandiosos que acabamos de mostrar, a indústria do turismo sofreu um dos maiores golpes dos últimos anos, com o anúncio da falência da tradicional agência de viagens inglesa Thomas Cook, ocorrido no dia 23 de setembro. Uma das maiores empresas de turismo do mundo, fundada em 1841, portanto, há 178 anos, deixou mais de 600 mil viajantes em férias espalhados em várias partes do mundo, especialmente na Europa, obrigando o Reino Unido a organizar a maior operação de repatriação do país em tempos de paz para o retorno de 150 mil turistas britânicos ao custo estimado de 100 milhões de libras.

Uma das mais respeitadas empresas do ramo do mundo, com 178 anos de existência, pioneira das viagens turísticas e criadora dos famosos pacotes *all inclusive* que revolucionou o mercado, encerrou suas atividades.

A Thomas Cook vem registrando uma forte queda em seus negócios nos últimos anos, consequência da concorrência intensa dos *sites* de viagens e das dúvidas dos turistas a viajar ante as incertezas sobre o *Brexit*, adiado duas vezes este ano.

A empresa tinha 22 mil funcionários em todo o mundo, 9 mil deles no Reino Unido.

Síntese da Conjuntura

Conjuntura econômica

Ernane Galvêas
Ex-Ministro da Fazenda.

CNC – 74 anos

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi homenageada em sessão solene na Câmara dos Deputados, que celebrou os 74 anos da entidade.

Com a galeria repleta de alunos do Sesc e do Senac e a presença em plenário dos presidentes das Federações do Comércio dos Estados e Federações Nacionais, os parlamentares exaltaram o trabalho realizado pelo Sistema Comércio em benefício do Brasil na busca de um ambiente de negócios adequado ao desenvolvimento não apenas do setor terciário, mas da economia do país.

O presidente da CNC, José Roberto Tadros, destacou as atividades do Senac, na educação profissional e tecnológica para o setor terciário da economia, e do Sesc, nacionalmente reconhecido como agente de transformação social por meio de programas de educação, assistência, saúde, cultura e esportes. “O Sistema Comércio é um importante indutor do desenvolvimento no país e o Sesc e Senac fazem parte

do dia a dia da população brasileira”, afirmou Tadros, ao agradecer a homenagem.

O Sistema S

O Sistema S, que surgiu a partir do processo de falta de mão de obra qualificada decorrente da industrialização ocorrida nos anos 1940, é formado por entidades empresariais voltadas para o treinamento profissional, assistência social e assistência técnica.

Constituem o Sistema S:

- 1) Serviço Social do Comércio (SESC)
- 2) Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC)
- 3) Serviço Social da Indústria (SESI)
- 4) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
- 5) Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
- 6) Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)
- 7) Serviço Social de Transporte (SEST)

Varejo terá o melhor Natal

Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em 2019, o setor varejo deverá movimentar R\$35,9 bilhões, alta de 4,8% no volume de vendas em comparação com 2018. Além das condições macroeconômicas mais favoráveis, os estímulos

gerados pela liberação dos recursos do FGTS e PIS/PASEP deverão impulsionar as vendas de fim de ano. A Confederação também calcula que as contratações de empregos temporários para o período, entre os meses de setembro e novembro, alcancem 87,5 mil postos.

Para José Roberto Tadros, presidente da CNC, os indicadores de atividade continuam mostrando uma recuperação gradual da economia, mas os setores ligados ao consumo têm se destacado. “Para este ano, apesar do crescimento de 0,9% do PIB, esperamos uma alta de 4,6% nas vendas do varejo, em comparação com 2018”, comenta. Na avaliação de Tadros, o Brasil terá o melhor Natal desde 2013. A projeção do varejo é movimentar R\$35,9 bilhões, alta de 4,8% no volume de vendas em comparação com 2018.

Para o presidente da CNC, a agenda de reformas influenciou na melhora do ambiente econômico: “A Reforma da Previdência foi um grande avanço, que contribuirá para a sustentabilidade das contas públicas”, afirma Tadros, ressaltando que a aprovação foi fundamental para o crescimento das expectativas dos agentes econômicos, que vinham adiando suas decisões de consumo e investimento devido ao ambiente de incertezas.

O presidente da CNC observa, no entanto, que a Reforma da Previdência não resolverá todos os problemas. “Precisamos avançar em outras frentes, como a Reforma Tributária, que trará resultados até mais imediatos que a da Previdência”, avalia José Roberto Tadros.

“Além das medidas que ajudem na redução da dívida pública e na busca do equilíbrio fiscal, é preciso destravar as atividades produtivas, com redução da carga tributária e mais segurança jurídica, em um ambiente de negócios que torne as empresas brasileiras mais competitivas.”

Reforma do Estado

O governo de Jair Bolsonaro encaminha ao Congresso seis conjuntos de medidas que, nas palavras do ministro da Economia, Paulo Guedes, dão início a uma tardia reforma do Estado. “Essa transformação da máquina – que servia a uma ordem politicamente fechada e agora precisa servir à população – busca a modernização”, disse Guedes.

Está previsto o envio de três Propostas de Emenda à Constituição (PECs). Para o Senado: a PEC Mais Brasil, que Guedes chama de Pacto Federativo e que traz um novo regime fiscal e propõe a soma do gasto obrigatório com saúde e educação; a PEC da Emergência Fiscal, que institui gatilhos para conter gastos públicos em caso de crise financeira na União, estados e municípios; e a PEC dos Fundos, que revê 281 fundos públicos.

Para a Câmara seguem a PEC da Reforma Administrativa, que remodela o serviço público de todos os entes, e um Projeto de Lei que traz um novo modelo de privatizações.

Reforma Tributária

1) O anúncio de que o governo vai enviar uma proposta fatiada de Reforma Tributária ao Congresso reavivou a discussão sobre o tema entre parlamentares, sobretudo nos assuntos que devem ser contemplados no texto do Planalto, como desoneração da folha e mudanças no Imposto de Renda.

O economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), disse que o Congresso pode apresentar, ao lado da proposta de emenda constitucional do governo, um anteprojeto que trate da desoneração da folha e outras medidas para o IR.

Ele afirmou, ainda, que estão “evoluídos” no Congresso debates para criação de uma Comissão Especial Mista com o objetivo de discutir, em conjunto, a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) com a unificação de vários tributos e temas, como a desoneração da folha.

2) O *Valor e Estadão* acrescentaram que o secretário da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, reafirmou que parte da proposta do Executivo para a Reforma Tributária seguirá para o Congresso ainda neste ano e disse ter recebido do ministro da Economia, Paulo Guedes, algumas diretrizes para a elaboração do projeto. Uma é a revisão da tributação sobre a renda, com o objetivo de torná-la mais progressiva. A outra, não promover aumento de carga tributária.

O governo estuda tributar a distribuição de lucros. A medida, segundo ele, seria combinada com uma redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

3) A *Folha de S. Paulo* acrescenta que a equipe econômica avalia alíquotas de Imposto de Renda de pessoas físicas e aumenta a cobrança sobre salários mais altos. Nas discussões, segundo fontes do governo, é considerado elevar a alíquota máxima para 35% para quem ganha acima de R\$39 mil por mês.

4) O *Globo* conta que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), alertou que a proposta enfrentará resistências no Legislativo. Para Maia, a experiência anterior de unificar os PIS e Cofins, conforme deseja o governo, sinaliza que o governo encontrará dificuldades. A ideia foi apresentada há 2 anos pelo governo de Michel Temer e não foi aprovada.

5) O *Estado de S. Paulo* prevê que o governo deve enviar sua proposta de Reforma Tributária ao Congresso até o fim do mês. O novo se-

cretário especial da Receita, Marcos Tostes, antecipa que a proposta de Reforma Tributária será feita em quatro etapas. A primeira prevê a unificação do PIS e da Cofins em um imposto único com alíquota de 11% a 12%, batizado de Contribuição sobre Bens e Serviços. Já a segunda fase vai mirar a mudança no IPI, que passará a ser um tributo seletivo sobre certos produtos.

Outras mudanças, a serem enviadas ao Congresso no ano que vem, vão mexer no Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas e a desoneração da folha de pagamentos das empresas.

Otimismo

Em artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, Carlos Geraldo Langoni comparou o Brasil a um avião parado na cabeceira da pista, com o freio de mão puxado. Langoni considera que para o avião decolar basta o Congresso Nacional seguir com o perfil reformista, como já vem fazendo, e ganhar um crescimento que projeta em 3,0% em 2020.

O crescimento ganhará força com os investimentos privados e um “*mix* macroeconômico” inédito, de um lado com política fiscal contracionista e política monetária expansionista e do outro lado com medidas para criar um ambiente positivo, capaz de reduzir a percepção de risco na economia.

Proposta do governo

Para a Câmara

PEC Mais Brasil: Seguindo o Pacto Federativo, a proposta definirá um novo regime fiscal para estados e municípios, bem como a divisão

de uma fatia dos *royalties* do petróleo e a soma dos gastos obrigatórios com saúde e educação:

- Será criado o Conselho Fiscal da República, que se reunirá a cada 3 meses para garantir o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. O conselho será formado pelo presidente da República, os presidentes da Câmara, do Senado, do Tribunal de Contas da União, do Supremo Tribunal Federal e da Associação de Tribunais de Contas dos Estados.

PEC de Emergência Fiscal: Apesar de seguir a ideia do texto do deputado Pedro Paulo, uma nova proposta para regulamentar gatilhos de corte de despesas e medidas que evitem o descumprimento à regra de ouro será apresentada no Senado, na tentativa de aprovação ainda este ano.

PEC dos Fundos: Com a finalidade de uma economia de R\$220 bilhões, determina prazo de 2 anos para a extinção de Fundos setoriais, com exceção daqueles constitucionais.

- Há um conflito, no entanto, para onde o recurso será destinado. O governo quer abater a dívida como parte do valor desses Fundos, e os políticos querem investir nas bases.

Para o Senado

Reforma Administrativa: Segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pode ser acelerada por meio de projetos que já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Vai reorganizar, com novas regras, a gestão do funcionalismo público em todos os entes e poderes do Brasil.

Carteira Verde e Amarela: A proposta é substituir a atual carteira física por uma digital. Aos empresários, será oferecida uma desoneração escalonada, que se inicia em 34%, dos quais, 20% virão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e 6% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – cabendo aos patrões arcarem com o recolhimento de 2% do Fundo. Os encargos restantes, referentes a alíquotas do Sistema S e do salário educação, também seriam arcados pelo governo. Os empregos serão voltados para a faixa entre 18 e 29 anos ou acima de 55 anos, para cargos remunerados em até 1,5 salário-mínimo, atualmente em R\$1.497.

Privatizações: Será encaminhado pelo Executivo por projeto de lei e terá uma lista de estatais que poderiam ser vendidas sem necessidade de lei, incluindo as empresas que já estão no Programa de Parcerias de Investimentos, como Eletrobras, Correios, Serpro, Casa da Moeda.

- Será apresentado o *fast track* para agilizar a venda das “empresas-mãe”.
- Possivelmente, o texto incluirá uma ressalva legal de que a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal não serão vendidas. As maiores ficarão somente para um eventual segundo mandato de Bolsonaro.

A PEC da Reforma Tributária fica para mais tarde: Ao contrário das outras propostas, a ideia é que seja analisada por uma comissão mista com o objetivo de alinhar os projetos da Câmara e do Senado. A proposta do governo, no entanto, está condicionada à criação desse colegiado. A PEC do Executivo prevê um IVA dual composto pela unificação entre PIS, Cofins e IPI.

O texto para a reestruturação do Sistema Tributário será dividido em duas partes: uma apresentada por PEC e outra por Projeto de Lei. O

acoplamento dos Estados e Municípios virá depois, semelhante ao que ocorreu com o texto da Previdência.

Sugestão fácil e simples

Em palestra no Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEEX) o ministro Paulo Guedes, defendeu a redução de encargos sobre a folha de pagamento para viabilizar a criação de “milhões de empregos”.

“Precisamos acabar com o imposto mais cruel que existe no Brasil, o imposto sobre folha de pagamentos. Aqui, tem que desempregar para poder empregar, porque um trabalhador custa dois. Se fizer isso, cria milhões de empregos.”

Segundo Paulo Guedes, a desoneração da folha acabaria com a informalidade de 41% da força de trabalho empregada: “Você teria emprego e salário melhor para todo mundo e, ao mesmo tempo, dinheiro para a Previdência, porque estaria todo mundo empregado.”

Sugestão ao ministro Paulo Guedes: De pleno acordo com suas preocupações. Então, por que não começar por retirar da folha a contribuição para o Inkra e o salário educação? O que o empresário privado tem a ver com essas duas excrescências?

E o Supremo?

Segundo o jornalista Merval Pereira, a estupefação que causou o voto de 4 horas do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, na abertura do julgamento sobre o compartilhamento de dados entre os órgãos de persecução penal (Ministério Público e polícia) e os de investigação (Unidade de Inteligência Financeira –

UIF, antigo COAF – e Receita Federal) foi provocada pela tentativa de sinuosamente voltar atrás sem deixar clara a mudança.

Tão obscuro o voto que teve que ser explicado mais tarde por uma nota oficial. Pesquisas do economista Felipe Mendonça Lopes, da FGV, mostram que, com a transmissão ao vivo dos julgamentos, os votos ficaram maiores em média 26 páginas, o que aumenta o tempo de leitura em cerca de 50 minutos. O ministro Luís Roberto Barroso definiu bem o momento: “Seria preciso chamar um professor de javanês.”

Mercado de trabalho

Meter a mão no bolso do desempregado foi a solução encontrada pelo governo para bancar os incentivos à criação de empregos para jovens de 18 a 29 anos. Ninguém pode prever com segurança quantos empregos serão criados, mas o governo sairá no lucro, certamente, se prevalecerem as condições anunciadas. Se der tudo certo e os contratos chegarem a 1,8 milhão em 5 anos, o custo dos incentivos será de R\$10 bilhões, segundo o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho.

No mesmo período, a arrecadação de 7,5% sobre o seguro-desemprego poderá ficar entre R\$11 bilhões e R\$12 bilhões. Bom negócio, de toda forma, com ou sem abertura das vagas previstas nos cálculos oficiais.

O Estado de S. Paulo – 14/11/2019

Mudança na Constituição

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, anunciou que estava propondo uma Constituinte para fazer as mudanças que o Congresso considerar necessárias.

O fato político que ganhou dimensão não é uma nova Constituinte, por ser inviável juridicamente, mas a alteração da Constituição através de uma emenda, ou a mudança do Código de Processo Penal.

A tese de Constituinte levantada por Alcolumbre não encontra respaldo na própria Constituição, que não prevê essa possibilidade. Depois de promulgada, em 1988, ela poderia ter sido revisada pelo Congresso 5 anos depois, mas não o foi. A partir daí, não há como mudá-la sem a utilização de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) a ser aprovada pelo Congresso.

A convocação de uma Constituinte exclusiva para tratar da Reforma Política já foi proposta pelo PT em diversas ocasiões, nos últimos anos.

Argentina em crise

A situação no país vizinho é dramática: déficit público da ordem de 6% do PIB, recessão (queda de – 3,1% do PIB), inflação galopante (de 55% ao ano) e cerca de 35% da população urbana está na linha da pobreza.

O acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que daria ao país vizinho acesso a cerca de US\$57 bilhões, foi considerado pelo presidente peronista Alberto Fernández como “impossível” de cumprir.

Atividades econômicas

Juros em queda, inflação baixa, maior oferta de crédito, recuperação do emprego, ainda que lentamente, e a liberação de recursos extras do FGTS, são fatores para que o comércio e a indústria de bens de consumo se preparem para uma retomada das vendas neste final de

ano. Estoques mais enxutos nas lojas e velocidade maior de produção nas fábricas são o termômetro de que este Natal deverá ser o melhor para o varejo desde 2013.

O Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria paulista expandiu 0,1% em setembro, na série livre de influências sazonais. Em relação ao mesmo mês de 2018, a alta foi de 1,6%.

A expectativa da Associação Latino Americana de Aço (ALACERO) é de que o consumo de aço na América Latina não deva apresentar alta neste ano. A estimativa é de que o consumo aparente alcance 66 milhões de toneladas, o mesmo volume apurado em 2016. No ano passado, as vendas de aço na região atingiram 67 milhões de toneladas.

Divulgado pelo IBRE/FGV, o Índice de Confiança Empresarial (ICE) ficou praticamente estável, ao cair 0,1 ponto em outubro, na série ajustada sazonalmente, registrando 94,0 pontos. Em setembro, o índice havia avançado 0,1 ponto. Com o resultado, a média móvel trimestral do ICE passa de 92,9 para 94,0 pontos. Na comparação interanual, houve aumento de 2,9 pontos.

O mercado de fusões e aquisições no Brasil bateu recorde no acumulado de janeiro a setembro de 2019, com 614 transações, ou seja, 31% superior ao mesmo período de 2018 e o maior volume acumulado dos últimos 5 anos, de acordo com levantamento da PwC Brasil.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) avançou 0,44% em setembro ante agosto, na série com ajuste sazonal, informou há pouco a instituição. Foi a terceira elevação mensal consecutiva. O índice passou de 138,71 pontos para 139,32 pontos de agosto para setembro. Este é o maior patamar para o IBC-Br com ajuste desde junho de 2015 (139,85 pontos).

O pagamento do décimo terceiro salário deve injetar R\$214,6 bilhões na economia brasileira até dezembro deste ano, segundo estimativa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). A quantia equivale a cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O valor representa uma alta de 1,6%, na comparação com o montante injetado na economia no ano passado (R\$211,2 bilhões), sem considerar a inflação.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), medido pela FGV, recuou 0,5 ponto em novembro, para 88,9 pontos. O menor nível desde julho de 2018. O recuo foi puxado pelo Índice de Expectativas, que caiu 1,4 ponto, para 96,9 pontos, menor nível desde maio.

PIB e Investimentos

De acordo com o *Boletim Focus* do Banco Central, a expectativa para o crescimento do PIB 2019 permaneceu em 0,92%. Em compensação, o crescimento esperado para 2020 subiu de 2,0% para 2,08%.

Segundo o Indicador IPEA/FBCF, o investimento avançou 1,4% em setembro, após queda de 1,1% no mês anterior. Na comparação com o mesmo período de 2018 houve expansão de 5,7%. Nos últimos 12 meses acumula alta de 3,0%. Para 2019 a expansão prevista é de 3,0%.

A previsão de crescimento do PIB em 2019 da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia foi elevada de 0,85% para 0,9%. É a segunda vez consecutiva que o Ministério eleva a previsão de crescimento, após quatro cortes seguidos.

Segundo o ministro Paulo Guedes, o PIB brasileiro deve avançar entre 2% e 2,5% em 2020, mais do que o dobro da taxa a ser observada em 2019.

O Bradesco revisou suas estimativas para crescimento do PIB de 0,8% para 0,9% em 2019; e de 1,9% para 2,2% em 2020. Segundo o Banco, a mudança para este ano é reflexo dos dados correntes, que mostram uma recuperação moderada, mas consistente da atividade econômica. Para 2020, a revisão é compatível com a melhora adicional esperada para as condições financeiras domésticas.

Indústria

A produção industrial brasileira cresceu 0,3% em setembro, na comparação com agosto, puxada principalmente pela produção de veículos automotores, segundo o IBGE. Essa foi a segunda alta mensal seguida e o melhor setembro em 2 anos. O resultado de agosto foi revisto para um avanço de 1,2%, ante leitura anterior de alta de 0,8%.

De acordo com os dados divulgados pela Anfavea, entre janeiro e outubro foram vendidos no país 2,28 milhões de veículos, o melhor desempenho para o período desde o ano de 2014, 8,7% a mais em relação aos 10 primeiros meses de 2018. Com este resultado, a produção acumula expansão de 1,2% em 12 meses. Para 2019, a alta é de 3,3%.

A CNI divulgou os resultados dos Indicadores Industriais referentes ao mês de setembro. Na série ajustada sazonalmente, dois dos seis indicadores apresentaram melhora: Faturamento Real (+0,4%) e Massa Salarial Real (+0,4%). Horas Trabalhadas recuou 0,2%, enquanto Emprego, Rendimento Médio Real e Nível de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) apresentaram estabilidade.

A Klabin divulgou uma previsão de investimentos para 2020 de R\$4,7 bilhões, um crescimento de mais de 80% em relação ao valor deste ano, de R\$2,6 bilhões. No Klabin Day – dia dedicado à apresentação

da empresa a investidores –, executivos da companhia informaram que o aporte de capital se concentrará no Projeto Puma II, que consumirá um total de R\$3,8 bilhões.

Segundo a CNI, a atividade industrial apresentou recuperação em outubro, com aumento na produção e na utilização da capacidade instalada. De acordo com o levantamento da CNI, o índice de evolução da produção passou de 48,8 pontos em setembro para 55,2 pontos em outubro.

O Índice de Produção Agroindustrial Brasileira (PIMAgro) calculado pelo Centro de Estudo em Agronegócios da FGVAgro reagiu em setembro, depois de 3 meses consecutivos de retrações. Registrou alta de 1,8% em relação a setembro/2018. Foi o terceiro mês de variação positiva em 2019.

De acordo com a ANP, a produção de petróleo do Brasil em setembro atingiu 2,927 milhões de barris por dia, redução de 2,1% ante agosto.

Cerca de 9 bilhões de peças são confeccionadas anualmente pela indústria têxtil e de confecção no país, o que gerou mais de R\$52,5 bilhões de faturamento só no ano passado. Apesar dos números grandiosos, em 2018, o setor amargou queda de 2,9% na produção e redução de 1,3% nas vendas.

De acordo com a pesquisa da ABIA, a indústria de alimentos continua se recuperando dos anos de crise, a um passo lento. No primeiro semestre deste ano, as vendas avançaram 1,3% na comparação com as de igual período do ano passado. Em 12 meses, encerrados em junho, registraram crescimento de 1,1%.

Durante a inauguração do Senai Cimatec Park – Centro de Inovação da Indústria – o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), defendeu o Sistema S, como imprescindível ao país.

Em outubro, as vendas de máquinas agrícolas e rodoviárias no Brasil somaram 4,2 mil unidades, queda de 16,2% ante outubro/2018. Recuo de 15% em relação a setembro, segundo a Anfavea. No acumulado do ano, as vendas internas atingiram 37,1 mil unidades, queda de 6,3% na comparação com o período entre janeiro e outubro de 2018.

A produção de petróleo do Brasil, em setembro, atingiu 2,927 milhões de barris/dia, redução de 2,1% ante agosto. A ANP registrou aumento de 17,8% em relação ao mesmo mês de 2018.

Comércio

Em setembro, o volume de receita do setor de serviços registrou incremento de 1,2%, na comparação com o mês anterior, segundo a PMS/IBGE. A CNC revisou de +0,8% para +1,0% sua expectativa para o desempenho do setor em 2019 – o primeiro crescimento em 5 anos. A Entidade espera crescimento de 1,7% no ano de 2020.

Segundo dados do IBGE, as vendas do comércio varejista cresceram 0,7% em setembro, na comparação com o mês anterior. Móveis e eletrodomésticos estão entre os principais destaques da alta. Foi o quinto resultado positivo consecutivo do setor no ano, com ganho acumulado de 2,4% no período. Melhor resultado para meses de setembro, desde 2009 (1,1%).

Segundo a CNC, o varejo espera que o faturamento real do Natal aumente 4,8% em relação a 2018, descontada a inflação. Se a previsão da CNC se confirmar, será o melhor desempenho em 6 anos.

O comércio *online* tem conquistado novos consumidores. Neste fim de ano, pela primeira vez, as lojas *online* empataram com as lojas de

departamento, como local preferido pelos brasileiros para fazer as compras de Natal. Pesquisa de intenção de compras de Natal da CNDL/SPC Brasil mostra que 41% dos consumidores pretendem adquirir produtos em lojas *online*, o mesmo percentual de quem planeja consumir em lojas físicas.

O Instituto Fecomércio/RJ revela que 63,4% dos fluminenses pretendem aproveitar a *Black Friday* para realizar compras. É o equivalente a 8,1 milhões pessoas. Os consumidores planejam gastar cerca de R\$557, em média, nas promoções do dia 29, valor três vezes maior que o gasto no Dia dos Namorados.

Impulsionado pelo *Black Friday*, o faturamento do comércio varejista de São Paulo deve atingir a marca dos R\$68 bilhões em novembro, um avanço de 7,4% ante os R\$63,3 bilhões do mesmo mês de 2018, estima a Fecomércio-SP.

Segundo a CNC, o comércio deve fechar 2019 com desempenho positivo, impulsionado pelas vendas do final de ano. Os fatores que justificam as previsões: inflação baixa, perda de força da inadimplência e a liberação de recursos do FGTS.

As vendas do varejo brasileiro medidas pelo Índice Cielo de Varejo Ampliado (ICVA) tiveram aumento real de 5,2% em outubro em comparação com o mesmo mês em 2018.

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), apurado pela CNC, alcançou o patamar de 122,5 pontos em novembro, o maior desde abril de 2019 (125,2 pontos). O resultado representou uma alta de 0,5% ante o índice de outubro. Foi o terceiro aumento mensal consecutivo do índice.

Agricultura

De acordo com a Conab a estimativa da safra 2019/2020 aponta crescimento na produção brasileira de grãos, em comparação à safra anterior, de 246,4 milhões de toneladas, incremento de 1,8% ou 4,3 milhões de toneladas, em relação a 2018/2019.

Para a área semeada, a expectativa é que sejam cultivados 64,1 milhões de hectares, variação positiva de 1,4% na comparação com a safra anterior.

A estimativa nacional de cultivo do milho, considerando a primeira, segunda e terceira safras, na temporada 2019/2020, deverá apresentar redução de 1,7%, ante 2018/2019 cerca de 98,4 milhões de toneladas.

O Índice de Confiança do Agronegócio (ICAgro), calculado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), registrou alta no terceiro trimestre deste ano. O indicador encerrou o período em 115,1 pontos. A escala do ICAgro vai de zero a 200, e 100 é o ponto neutro.

Segundo a CNA e o Cepea, o PIB do agronegócio ficou estável no ano passado, com recuo de 0,01%, na comparação com o ano anterior. Em julho deste ano, o PIB do agronegócio teve alta de 0,38%. No acumulado do ano (janeiro a julho), o desempenho foi ligeiramente negativo, de menos 0,85%.

No Centro-Sul, maior região produtora de açúcar e álcool do país, a produção de cana na safra 2018/2019 registou queda de 3,90% ante 2017/2018, a de açúcar apresentou – 26,48%, enquanto a de etanol cresceu 18,65%, sempre na mesma base de comparação.

Os temporais que atingiram o Rio Grande do Sul paralisaram os trabalhos no campo em diversas regiões do Estado. Produtores de trigo, de algumas regiões, estão colhendo o cereal mais verde ou úmido que o desejável para não perder a produção. A área plantada no Estado está estimada em 739,4 mil hectares.

A produção de ovos de galinha totalizou 956,62 milhões de dúzias no terceiro trimestre de 2019, aumento de 1,5% em relação ao trimestre anterior, de acordo com os resultados preliminares das Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha, divulgada pelo IBGE.

Mercado de Trabalho

O Indicador Antecedente de Emprego, divulgado pelo IBRE/FGV, apresentou recuo em outubro, de 87,1 para 85,8 pontos. Com a piora na passagem mensal, o indicador encontra-se abaixo de sua média histórica (86,9). A média trimestral móvel subiu de 86,5 para 86,6 pontos.

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,8% no trimestre encerrado em setembro, atingindo 12,5 milhões de pessoas, segundo o IBGE. Na comparação com o mesmo trimestre de 2018, houve incremento de 1,5 milhão de pessoas na população ocupada, que atingiu o recorde de 93,8 milhões.

Recordes de pessoas em situação de extrema pobreza e dos índices de desigualdade são os resultados de 4 anos seguidos de crise econômica no Brasil, apontados em um estudo divulgado pelo IBGE. Em 2018, chegou a 13,5 milhões o número de brasileiros vivendo abaixo da linha da extrema pobreza – 4,5 milhões a mais que em 2014, quando o país vivia sob os patamares mais baixos de desemprego. É o maior contingente de pessoas nesta condição na série histórica desde 2012.

De acordo com o Caged, em setembro o país registrou 1.341.716 contratações e 1.184.503 demissões. Foram criados 157,2 mil postos de trabalho, melhor desempenho para o mês desde 2013. No acumulado até setembro o Brasil gerou 761.776 empregos formais, 6% a mais do que o mesmo período do ano passado. Já no acumulado em 12 meses, registrou ganho de 548.297 empregos formais.

O programa de emprego Verde Amarelo, anunciado pelo governo, pretende gerar 1,8 milhão de postos de trabalho até o fim de 2022 e irá beneficiar os jovens entre 18 e 29 anos, que não tiveram nenhum emprego com carteira assinada. O teto da remuneração na modalidade – criada por Medida Provisória – será de 1,5 salário-mínimo.

O governo está anunciando um programa que prevê redução de até 34% nos impostos sobre a folha de pagamento das empresas que contratarem jovens com remuneração de até R\$1.495,00. Para bancar perdas da União, o trabalhador que recebe seguro-desemprego terá de contribuir com 7,5% ao INSS.

Sistema Financeiro

O Banco Central informou que as retiradas de recursos da caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$247 milhões no mês de outubro. No acumulado dos primeiros 10 meses deste ano, os saques superaram os depósitos, resultando em retirada líquida de R\$6,31 bilhões. Em setembro, o saldo da poupança registrava R\$817,970 bilhões e em outubro subiu para R\$820,571 bilhões.

O percentual de famílias endividadas com cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnê de loja, prestação de carro e prestação de casa alcançou 64,7%

em outubro, representando queda em relação aos 65,1% observados em setembro de 2019.

A Caixa Econômica Federal cortou pela metade a taxa de juros do cheque especial, de 9,99% para 4,99% ao mês. Na média, foi de 9,41% na semana encerrada em 29 de outubro. Percentual menor que o praticado pelos bancos privados.

Com mais afrouxamento monetário vindo do Federal Reserve e do Copom, a Bolsa brasileira fechou outro mês no azul, com ganhos de 2,36% para o Ibovespa.

O crédito concedido para as pessoas físicas no Brasil alcançou o maior ritmo de crescimento em 7 anos. Em um cenário de fragilidade da atividade econômica e do mercado de trabalho, o aumento da tomada de empréstimos tem representado algum estímulo para o consumo das famílias. Em 2019, a concessão de crédito livre para a pessoa física subiu cerca de 11% entre janeiro e setembro.

O Conselho de Administração do BNDES permitiu que antecipe o pagamento de 60% de seu lucro à União, na forma de dividendos. O Banco vai adiantar mais R\$4,6 bilhões ao Tesouro este ano, referentes ao lucro do primeiro semestre.

O BNDES quer extinguir sua carteira de participações acionárias em 3 anos, zerando os quase R\$120 bilhões geridos atualmente pela subsidiária BNDESPar.

A Caixa Econômica obteve lucro líquido contábil de R\$8,026 bilhões no terceiro trimestre, alta de 66,7% na comparação com o mesmo período do ano passado.

O Banco Central prepara mudanças no cheque especial para induzir a redução dos juros na linha de crédito. A proposta prevê que os bancos poderão cobrar tarifa mensal dos clientes que quiserem ter acesso a um limite de cheque especial.

A Serasa vai atender consumidores *online* na 24. edição do Feirão Limpa Nome, que acontece *online* durante o mês de novembro. O público-alvo são as pessoas que estão com o nome negativo ou dívidas atrasadas, que terão a oportunidade de renegociar seus débitos com descontos que podem chegar a 98%.

O indicador de recuperação de crédito do consumidor avançou 3,0% em outubro ante setembro, segundo a Corretora Boa Vista. O dado representa a quantidade de exclusões de registros de inadimplentes da base de dados da “empresa”. Na comparação com o mesmo mês de 2018, o aumento foi de 2,90%.

O BNDES registrou lucro líquido de R\$2,7 bilhões no terceiro trimestre, alta de 70% ante igual período de 2018. No acumulado de janeiro a setembro, o lucro líquido ficou em R\$14,738 bilhões, alta de 159,5% em relação aos primeiros 9 meses de 2018.

Inflação

Novembro registrou prévia da inflação de 0,14%, com leve aceleração em relação ao mês anterior (0,09%). É o menor resultado para um mês de novembro desde 1998.

O IPCA/IBGE registrou variação de 0,10% em outubro, ante -0,04% em setembro, o menor resultado para o mês desde 1998. Em outubro de 2018, o IPCA havia variado 0,45%. Com o resultado, o indicador

acumula alta de 2,54% nos 12 meses findos em outubro. No acumulado do ano, o índice varia 2,60%.

O IGP-DI, divulgado pelo IBRE/FGV, registrou alta de 0,55% em outubro, ante 0,50% no mês anterior. No acumulado do ano, a alta é de 4,96%.

O INCC subiu 0,18% em outubro, ante alta de 0,46% em setembro. Os três grupos componentes do INCC registraram as seguintes variações na passagem de setembro para outubro: Materiais e Equipamentos (0,29% para 0,50%), Serviços (0,13% para 0,06%) e Mão de Obra (0,64% para 0,00%). Assim, o INCC variou 4,18% nos 12 meses findos em outubro.

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia revisou a sua estimativa oficial para o INPC de 3,67% para 3,26%.

O IGP-M/FGV subiu 0,08% na primeira prévia de novembro, após ter aumentado 0,68% na primeira prévia de outubro. Com o resultado, o índice acumulou elevação de 4,87% em 2019 e avanço de 3,74% em 12 meses.

Os consumidores brasileiros podem ter de pagar o valor recorde de R\$20,64 bilhões nas contas de luz em 2020, para bancar ações e subsídios concedidos pelo governo relacionados ao setor elétrico, como os incentivos ao uso de energia eólica e solar.

A tarifa de energia elétrica recuou 3,22% em outubro, item de maior impacto negativo sobre a inflação medida pelo IPCA/IBGE, equivalente a -0,13 ponto porcentual.

Setor Público

A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais teve uma queda real (descontada a inflação) de 0,02% em outubro, na comparação com o mesmo mês do ano passado. A Receita Federal informou que o total arrecadado no mês passado ficou em R\$135,202 bilhões.

Medida Provisória publicada pelo governo estabelece o fim da multa adicional de 10% do FGTS nas demissões sem justa causa. A medida está na mesma MP que criou o programa Verde Amarelo, destinado a incentivar a contratação de jovens.

O governo federal editou MP com o objetivo de expandir o microcrédito no país, em que estabelece um “compromisso” de ofertar R\$40 bilhões em empréstimos para 10 milhões de pessoas “mais pobres”, até o fim de 2022.

Terminou com quatro blocos “encalhados” o leilão de cinco áreas de exploração de petróleo no Pré-Sal, realizado pela ANP. A Petrobras, em consórcio com a chinesa CNODC, apresentou a única oferta do leilão e arrematou o bloco de Aram, na Bacia de Santos – o mais caro entre os oferecidos. Com o resultado, a arrecadação da Sexta Rodada de Partilha de Produção, que poderia chegar a R\$7,85 bilhões, ficou em R\$5,05 bilhões – 64,3% do total esperado.

A PEC Emergencial enviada pelo governo federal ao Congresso Nacional prevê uma economia anual de até R\$35 bilhões aos cofres públicos de 14 Unidades da Federação, considerando cortes de salários e suspensão de reajustes.

A equipe econômica deve propor no pacote de reformas o uso do dinheiro parado nos Fundos setoriais para abater a dívida pública. A

ideia é que os Fundos passem por uma avaliação e os que não forem renovados sejam extintos em 5 anos. Hoje, são cerca de 280.

Setor Externo

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$14 milhões nas duas primeiras semanas de novembro. No começo deste mês, as exportações somaram US\$4,230 bilhões (queda de 32,7% contra novembro de 2018) e as importações totalizaram US\$4,216 bilhões (queda de 16,7% na mesma comparação). Houve queda nas exportações de manufaturados (-41%), de semimanufaturados (-28,3%) e de produtos básicos (-26,7%) ante novembro de 2018.

A China, principal parceiro comercial do Brasil, puxou o resultado do superávit brasileiro este ano. De janeiro a outubro, o saldo da balança comercial foi de US\$34,9 bilhões, sendo que o saldo do comércio com a China foi de US\$21,4 bilhões.

A ONU confirmou que a Conferência do Clima (COP25) será em Madri, na Espanha, após o Chile cancelar o evento. As datas da Conferência também foram mantidas: 2 a 13 de dezembro.

Os Estados Unidos notificaram a ONU e confirmaram a saída do Acordo de Paris. A informação foi dada por Mike Pompeo, secretário de Estado. Este é o primeiro passo formal dos americanos na saída do pacto global no combate às mudanças climáticas.

O Banco Central da China cortou a taxa de juros sobre empréstimo de médio prazo de um ano, pela primeira vez desde o início de 2016.

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que as negociações comerciais com a China “estão avançando bem rápido”,

mas não se comprometeu sobre o sucesso da iniciativa. “Vamos ver”, comentou durante entrevista coletiva na Casa Branca, voltando a dizer que Pequim estaria mais interessada no acordo do que os americanos.

A taxa de desemprego no Reino Unido caiu para 3,8% no período de 3 meses até setembro, segundo dados do Escritório de Estatísticas Nacionais. O resultado veio abaixo da expectativa de analistas consultados pelo *The Wall Street Journal*, que previam manutenção da taxa em 3,9%.

As exportações de carne suína da BRF para a China têm potencial para aumentar até 40%, após a habilitação da unidade localizada em Lucas do Rio Verde (MT). Na área de frangos, a expectativa é de crescimento de cerca de 20%.



Sesc Senac

2018-2022

Presidente

José Roberto Tadros

Vice-Presidente Administrativo
Luiz Castão Bittencourt da Silva

Vice-Presidentes

1º Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante
2º Luiz Carlos Bohn
3º Lázaro Luiz Gonzaga
Abram Abe Szajman
Darci Piana
Edison Ferreira de Araújo
Eliezir Viterbino da Silva
José Arteiro da Silva
José Lino Sepulcri
José Marconi Medeiros de Souza
Raniery Araújo Coelho

Vice-Presidente Financeiro
Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores Administrativos

1º Marcelo Fernandes de Queiroz
2º Antonio Florencio de Queiroz Junior

Diretores Financeiros

1º Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues
2º Ademir dos Santos

Diretores

Abel Gomes da Rocha Filho
Aderson Santos da Frota
Aldo Carlos de Moura Gonçalves
Alexandre Sampaio de Abreu
Ari Faria Bittencourt
Carlos de Souza Andrade
Hermes Martins da Cunha
Itelvino Pisoni
Ivo Dall'Acqua Júnior

Diretores

Jeferson Furlan Nazario
José Wenceslau de Souza Júnior
Marcelo Baiocchi Carneiro
Marcos Antônio Carneiro
Maurício Cavalcante Filizola
Nino Ítalo Zampieri Júnior
Rubens Torres Medrano
Sebastião de Oliveira Campos

Conselho Fiscal

Domingos Tavares de Sousa

Lélio Vieira Carneiro

Valdemir Alves do Nascimento

Suplentes da Diretoria

Adeilton Feliciano do Prado
André Luiz Roncatto
Antônio Maria dos Santos da Silva Azevedo
Conegundes Gonçalves de Oliveira
Denis Oliveira Cavalcante
Francisco Everton da Silva
Francisco Jorge Neto
Geraldo Vieira Rocha
Gilberto de Andrade Costa
Guilherme Marconi Coutinho de Souza

Helton Andrade
Jadir Correa da Costa
Jorge Luiz das Neves Moraes
José Alcides dos Santos
Kelsor Gonçalves Fernandes
Ladislao Pedrosa Monte
Leonel Soncin Júnior
Lúcio Emílio de Farias Júnior
Marcantonio Gadelha de Souza
Marcelino Ramos Araújo

Maria Lúcia Dorta Pompeu
Nilo Ítalo Zampieri Júnior
Nívio Perez dos Santos
Osmar Santana Lima
Paulo Roberto dos Santos
Pedro Coelho Nasser
Pedro José Maria Fernandes Wähmann
Rubens Torres Medrano
Valdir Pietrobon

Suplentes do Conselho Fiscal

Alfeu Adelino Dantas Júnior

Gladstone Nogueira Frota

Luso Soares da Costa

Carta Mensal



Sesc Senac